



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS DE SOBRAL
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

SAMARA FERNANDES DA SILVA

DO ECO À VOZ, NOSSA TRAVESSIA: RELATÓRIO TÉCNICO REFERENTE AO I
ENCONTRO SOBRE AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SOBRAL-CE

SOBRAL/CE

2023

SAMARA FERNANDES DA SILVA

**DO ECO À VOZ, NOSSA TRAVESSIA: RELATÓRIO TÉCNICO REFERENTE AO I
ENCONTRO SOBRE AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SOBRAL-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestra em Psicologia e Políticas Públicas. Área de concentração: Clínica, Saúde e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado

SOBRAL/CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S583e Silva, Samara Fernandes da.
Do Eco à voz, nossa travessia : Relatório Técnico referente ao I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE / Samara Fernandes da Silva. – 2023.
70 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado.
1. Autismo. 2. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 302.5

SAMARA FERNANDES DA SILVA

**DO ECO À VOZ, NOSSA TRAVESSIA: RELATÓRIO TÉCNICO REFERENTE AO I
ENCONTRO SOBRE AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SOBRAL-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestra em Psicologia e Políticas Públicas. Área de concentração: Clínica, Saúde e Políticas Públicas.

Aprovada em: 24/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a Camilla Araújo Lopes Vieira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a Tricia Feitosa Nogueira Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

DEDICATÓRIA

Para meu filho. O amor é algo inesgotável, mas com você, eu posso vislumbrá-lo de pertinho.

AGRADECIMENTOS

“Minha casa não é minha e nem é meu este lugar
Estou só e não resisto, muito tenho pra falar
Solto a voz nas estradas, já não quero parar
Meu caminho é de pedra, como posso sonhar?”

Travessia - Milton Nascimento (Composição: Milton Nascimento / Fernando Brant)

Agradeço a Deus, que me permitiu viver e caminhar ao lado de pessoas queridas. Seu cuidado e força me amparam em momentos difíceis. A Ele toda honra e glória.

Agradeço à minha família. Aos meus pais, que são a minha origem e com os quais vivi minhas experiências sobre reafirmar o amor. Sem amor, eu nada seria... À minha irmã e à sua família, em especial, aos meus sobrinhos, com quem tenho muitas experiências lúdicas e pelos quais me faço “tia” todos os dias. Aos meus irmãos paternos, também.

Agradeço ao meu filho, Jason Gabriel, que foi inspiração para minhas questões nessa investigação. Você está em boa parte do que escrevi aqui. E, paradoxalmente, na minha dificuldade em escrever. Essa é uma das várias formas que tenho de dizer que te amo. Atravessar a vida e ser atravessada por ela, com você, é uma experiência de alegria e de corte: entre o partir e o re-encontrar. Não há dúvidas, meu pequeno: Um dos meus maiores atos de coragem tem suas iniciais.

Agradeço ao meu orientador, prof. Achilles, que pelas orientações, contribuições e paciência me ajudou a chegar até aqui, movida pela “busca de algo que não tem nome, mas brilha” para citar a dedicatória que recebi em 2013 no exemplar do seu livro *Sua majestade o autista: fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo*. Sinto-me honrada em poder testemunhar sua dedicação e competência diante do compromisso ético com o sujeito autista.

Agradeço às Professoras: Dra. Maria Suely Alves Costa, Dra. Trícia Feitosa Nogueira Silva e Dra. Camilla Araújo Lopes Vieira pelas pertinentes contribuições tanto na qualificação quanto na defesa.

Agradeço aos integrantes do projeto de extensão Água de chocalho: Maria, Alana, Ana Beatriz, Ana Kesia, Ana Kessia, Antônia Vitória, Eduardo, Francisca Jaquelane, Frederico, Rafaela e Taynara. Todos contribuíram para que esse percurso fosse possível. Fizemos juntos as primeiras reuniões sobre o evento, elaboração da arte, divulgação, bem como o processo de certificação. Tenho certeza que esse projeto é um marco na nossa formação acadêmica e que ele

continue seu percurso e sua travessia. Agradeço à Empresa Júnior Rastro UFC que auxiliou de modo importantíssimo na construção do *briefing*, identidade visual e demais etapas do evento, que eu não conhecia até então. As etapas da fase pós-evento são promissoras e nos mostram que este relatório circunscreve um percurso de dois anos. O I Encontro tem uma importância central nesta pesquisa e seus desdobramentos possíveis.

Agradeço às minhas parceiras de pesquisa e extensão que se tornaram amigas, Sammyra, Shyrlane, Bruna Kérsia e Nadia. Sei que por mais de uma vez vocês foram sinônimo de acolhimento para mim e minhas angústias, incômodos e empolgação.

Por fim, não menos importante, agradeço a cada pessoa com quem conversei sobre o percurso do mestrado: amigos, irmãos, professores, profissionais e familiares em busca de atendimento, por vezes com demandas próprias e anseios coletivos. Que suas enunciações sejam um dos pontos de partida para mudanças nas políticas municipais em construção e movimento.

Samara Fernandes da Silva.

RESUMO

Nos últimos anos o Transtorno do Espectro Autista (TEA) sofreu mudanças significativas enquanto categoria nosográfica. Atualmente é considerado transtorno do neurodesenvolvimento pelo Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5) sendo caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação, comportamentos repetitivos e restritos. No campo das políticas públicas nota-se oscilação entre a compreensão deste como um transtorno mental e/ou deficiência para fins de lei. Os sujeitos autistas e suas famílias dispõem de normativas específicas na legislação brasileira com respaldo nas garantias constitucionais, etc. No entanto, a realidade do atendimento destinado a eles precisa ser conhecida e discutida a partir de seus relatos. Sua participação nos debates em torno da execução das políticas públicas é fundamental para que estas sejam construídas e aprimoradas, principalmente no âmbito municipal, onde as estratégias de cuidado acontecem cotidianamente. Portanto, nossa produção consiste em um relatório técnico conclusivo de assessoria referente à organização e realização do I Encontro sobre autismo e políticas públicas de Sobral-CE. Esse evento foi proposto de forma independente como parte das ações de extensão do projeto Água de Chocalho, vinculado ao Laboratório de Clínica, Sujeito e Políticas Públicas – CLIPSUS, pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral e do Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas – UFC – Campus Sobral e com apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ao todo tivemos 126 beneficiários diretos (estudantes, profissionais e familiares de sujeitos autistas que se inscreveram e compareceram) e 356 beneficiários indiretos sendo a comunidade que rodeia esses sujeitos. Nosso período de construção do evento iniciou-se em fevereiro de 2022 e foi realizado no dia 26 de outubro de 2022 das 8:00 às 17:00 no Auditório do Campus do Mucambinho da Universidade Federal do Ceará, totalizando 8 meses de preparação, articulação com instituições parceiras e convidados que fazem parte dos serviços que atendem aos sujeitos autistas e suas famílias no cenário municipal. A programação foi construída a partir dos seguintes eixos de trabalho: Política Municipal de Atenção à pessoa com TEA; Rede de Atenção integral à saúde da Pessoa com TEA e suas famílias: demandas e *intersectorialidade*; A educação Inclusiva no cotidiano escolar de pessoas com TEA: estrutura e desafios; O diagnóstico de TEA no município de Sobral e a medicalização da infância. Para análise das discussões levantadas usaremos a análise de conteúdo de Bardin (2016) considerando o caráter qualitativo da pesquisa. Como resultado pudemos construir três categorias de análise: Intersectorialidade - A política municipal de Atenção à pessoa com TEA e suas famílias; Protagonismo - Atenção à saúde da pessoa com TEA; Ampliação - A Educação Inclusiva e sua estrutura efetiva. Esse trabalho tem a psicanálise como norteadora no que se refere às questões éticas, clínicas e teóricas. Nesse sentido, esperamos que contribua para a compreensão da necessidade de mais ações voltadas para os sujeitos autistas e suas famílias, dentre elas a continuidade de realização dos Encontros enquanto proposta - junto ao poder público - que amplie e integre as alternativas de cuidado e atenção, estimulando o contato e a circulação desses sujeitos em outros espaços, lugares e laços sociais.

PALAVRAS-CHAVE: TEA; Autismo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

In recent years, Autistic Spectrum Disorder (ASD) has undergone significant changes as a nosographic category. It is currently considered a neurodevelopmental disorder by the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5) and is characterized by difficulties in social interaction, communication, repetitive and restricted behaviors. In the field of public policies, there is an oscillation between understanding this as a mental disorder and/or disability for legal purposes. Autistic subjects and their families have specific regulations in Brazilian legislation supported by constitutional guarantees, etc. However, the reality of care provided to them needs to be known and discussed based on their reports. Their participation in debates around the implementation of public policies is essential for them to be built and improved, especially at the municipal level, where care strategies take place on a daily basis. Therefore, our production consists of a conclusive technical advisory report regarding the organization and realization of the 1st Meeting on autism and public policies in Sobral-CE. This event was independently proposed as part of the extension actions of the Água de Chocalho project, linked to the Clinical, Subject and Public Policy Laboratory – CLIPSUS, by the Federal University of Ceará – Campus Sobral and the Professional Master's Degree in Psychology and Public Policy – UFC – Campus Sobral and with the support of the Cearense Foundation for Scientific and Technological Development Support. In all, we had 126 direct beneficiaries (students, professionals and family members of autistic subjects who signed up and attended) and 356 indirect beneficiaries, the community surrounding these subjects. Our construction period for the event began in February 2022 and was held on October 26, 2022 from 8:00 am to 5:00 pm at the Auditorium on the Mucambinho Campus of the Federal University of Ceará, totaling 8 months of preparation, articulation with partner institutions and guests who are part of the services that assist autistic subjects and their families in the municipal setting. The program was built based on the following work axes: Municipal Care Policy for people with ASD; Comprehensive health care network for people with ASD and their families: demands and intersectoriality; Inclusive education in the school routine of people with ASD: structure and challenges; The diagnosis of ASD in the municipality of Sobralense the medicalization of childhood. For the analysis of the discussions raised, we will use the content analysis of Bardin (2016) considering the qualitative nature of the research. As a result, we were able to build three categories of analysis: Intersectoriality - The municipal care policy for people with ASD and their families; Protagonism - Health care for people with ASD; Expansion - Inclusive Education and ypur effective structure. This work has psychoanalysis as a guide regarding ethical, clinical and theoretical issues. In this sense, we hope that it will contribute to understanding the need for more actions aimed at autistic subjects and their families, among them the continuity of holding the Meetings as a proposal - together with the public authorities - that expands and integrates the alternatives of care and attention, stimulating the contact and circulation of these subjects in other spaces, places and social ties.

Key-words: Autism; Public policy.

Identificação:

Universidade Federal do Ceará

Campus de Sobral

Programa de Pós-graduação em Psicologia e Políticas Públicas

Curso de Psicologia

Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado

Título: Do eco à voz, nossa travessia: relatório técnico referente ao I Encontro sobre autismo e políticas públicas de Sobral-CE

Equipe de Trabalho:

Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado (Coordenador)

Samara Fernandes da Silva (estudante de Pós-graduação)

Alana Oliveira de Sousa (estudante de graduação / extensionista)

Ana Beatriz Bezerra Leite Roque (estudante de graduação / bolsista de pesquisa)

Ana Kesia Silva Faustino (estudante de graduação / bolsista de pesquisa)

Ana Kessia Borges de Ávila (estudante de graduação / bolsista de extensão)

Antônia Vitória Bento de Souza Duarte (estudante de graduação / bolsista de extensão)

Eduardo Sales de Sousa Alves (estudante de graduação / bolsista de extensão)

Francisca Jaquelane Ponte Marques (estudante de graduação / bolsista de extensão)

Frederico Santos Alencar (estudante de graduação / bolsista de extensão)

Rafaela Pontes Aragão (estudante de graduação / bolsista de extensão)

Taynara Bandeira Pereira (estudante de graduação / bolsista de extensão)

Linha de Pesquisa: Clínica, Saúde e Políticas Públicas

Projetos de pesquisa nos quais se inscreve o relatório:

Furtado, L. A.R. (2017). *Psicanálise, Psicopatologia e Saúde Pública: uma investigação acerca das relações do sujeito, seu adoecimento e os dispositivos de cuidado*. (Projeto de Pesquisa. Curso de Psicologia / Universidade Federal do Ceará, *Campus* de Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral).

Furtado, L. A.R. (2018). *O vazio, o silêncio e o Outro na clínica do autismo: uma articulação entre topologia, música e psicanálise*. (Projeto de pesquisa. Programa de bolsas de produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica – BPI, edital 03/2018, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, *Campus* de Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral).

Furtado, L. A.R. (2019). *O autismo, as ressonâncias da linguagem e a clínica psicanalítica*. (Projeto de Pesquisa. Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC 2019-2020, edital 07/2019, CNPq / Universidade Federal do Ceará, *Campus* de Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral).

Furtado, L. A. R. (2020). *As querelas do diagnóstico do autismo e o diagnóstico do caso Dick de Melanie Klein*. (Projeto de Pesquisa. Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC / Universidade Federal do Ceará, *Campus* de Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral).

Projetos de extensão nos quais se inscreve o relatório:

CLIPSUS - Laboratório de Clínica, Sujeito e Políticas Públicas

Projeto Água de Chocalho

SUMÁRIO

PREFÁCIO - ORIGENS: NA MELHOR DAS HIPÓTESES UMA MULHER-MÃE PODE SER O QUE ELA QUISER, MESTRANDA INCLUSIVE	
1. INTRODUÇÃO E HISTÓRIA DO TERMO AUTISMO	7
2. OBJETIVOS	11
3. JUSTIFICATIVA	12
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS	13
4.1 TIPO DE PESQUISA, CENÁRIO E CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO	
4.2 PROCEDIMENTOS	
4.3 PARTICIPANTES	18
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	
5.1. INTERSETORIALIDADE - A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À PESSOA COM TEA E SUAS FAMÍLIAS	
5.2. REDE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA COM TEA E SUAS FAMÍLIAS: DEMANDAS E INTERSETORIALIDADE	
5.3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COTIDIANO ESCOLAR DE PESSOAS COM TEA: ESTRUTURA E DESAFIOS	
5.4 ENCAMINHAMENTOS E IDEIAS COMO RESULTADO FINAL DO I EAPPS	20
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUGESTÕES E PERSPECTIVAS	36
7. REFERÊNCIAS	41
8. ANEXOS	44
8.1. TERMO DE CONSENTIMENTO DOS CONVIDADOS DAS MESAS	
8.2 <i>BRIEFING</i> E IDENTIDADE VISUAL CONSTRUÍDO JUNTO À EQUIPE DA EMPRESA JÚNIOR RASTRO UFC	
8.3 ATAS DAS MESAS DO I ENCONTRO SOBRE AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SOBRAL	44

PREFÁCIO - ORIGENS: NA MELHOR DAS HIPÓTESES UMA MULHER-MÃE PODE SER O QUE ELA QUISER, MESTRANDA INCLUSIVE

Gostaria de iniciar este texto com algumas palavras a respeito da origem deste trabalho, meu lugar de fala e demais aspectos relacionados.

Sou psicóloga há sete anos pela Universidade Federal do Ceará - Campus de Sobral e atuo há seis anos no Sistema Socioeducativo Estadual como psicóloga e psicóloga educacional. Tenho experiência em consultório particular e em psicologia escolar em instituição de ensino privada em Fortaleza-CE. Tenho especialização em Neuropsicologia e Educação Infantil pela Faculdade Anísio Teixeira e esse relatório encerra um ciclo de dois anos e meio de mestrado do qual muito me alegro em fazer parte. Registro aqui minha gratidão a cada um dos que compõem o Programa de Mestrado Profissional e que tornaram possível que tantos profissionais pudessem pesquisar, mesmo diante de carga horária de trabalho de 40h semanais, como é o meu caso.

O parágrafo anterior pode parecer um *currículum vitae*, mas para mim é o *meu* reconhecimento de um percurso que envolveu perdas e até danos, mas a partir do qual deixo aqui as sugestões e recomendações referentes à política que se deseja desenhar para os sujeitos autistas e suas famílias. Uma política não é perfeita e nunca será. Mas, desde que sonhamos com espaços de diálogo aberto entre família-escola-dispositivos de saúde e colocamos com a ajuda imprescindível de muitos parceiros esse projeto em prática no evento aqui relatado, o que antes era da ordem de uma *hipótese* passou a ter desdobramentos e evidências cada vez mais concretas de seu valor científico. Ora, as tecnologias leves no contexto de cuidado em saúde são assim, complexas e ao mesmo tempo tão promissoras: para um paciente em sofrimento, qualquer que seja ele, sentir-se acolhido e respeitosamente ouvido por um profissional, é uma possibilidade que deveríamos buscar em todo e qualquer contato - seja esse contato chamado de consulta, triagem, matriciamento, apresentação de caso clínico, estratificação de risco etc.

O que me levou a querer tanto ser mestranda foi a alegria que vejo em meus olhos quando falo em pesquisar. Sobre meu lugar de fala, quero dizer que sou mãe de um menino lindo e inteligente, que tem seu diagnóstico como uma hipótese em torno de autismo, porém ainda em investigação devido aos saltos de desenvolvimento que ele teve nos últimos seis meses. Quando ele foi diagnosticado com autismo vivi na pele o desmonte do meu mundo (que tanto lia nos artigos e livros de psicologia e psicanálise). Viver isso enquanto mãe me trouxe muitas dúvidas. Eu me perguntava: E agora? O que eu enquanto psicóloga que trabalha e pesquisa autismo em psicanálise laciana poderia fazer pelo meu filho? Eu pensei em atendimentos multiprofissionais e comecei a ler artigos que pudessem me ajudar na aquisição de habilidades

básicas, no desenvolvimento de atividades da vida diária (AVD's), fiz parte de grupo de mães de abrangência nacional e local. Comecei a escrever como colunista na revista Mães que escrevem mesmo antes da hipótese diagnóstica, porque a maternidade me faz querer escrever como tentativa de tocar as nuances daquilo que não pode ser completamente dito. Escrevo, apesar de já estar advertida desse impossível. E que bom que tenho um dos meios de elaboração como esse. Bom para mim... Li, também, os programas de intervenção estruturados, chamados naturalistas e os tradicionais... revi os trabalhos relacionados à educação terapêutica desenvolvida no âmbito psicanalítico. A equipe multidisciplinar mostrou-se imprescindível no nosso caso e me ajudou a discernir minhas próprias limitações e impasses. A análise pessoal foi fundamental.

Pedi ajuda a alguns colegas de profissão e nessas minhas interações fui encontrando alternativas que pudessem me dizer que eu não estava paralisada diante do diagnóstico naquele momento. Eu fui de um estado de luto a uma luta que se tornou coletiva à medida em que eu estive no lugar de mestrandia em psicologia e políticas públicas. Aqui, eu tive tanta ajuda que não saberia dizer o nome de cada pessoa que, mesmo sem querer, entrou junto comigo nas minhas “trincheiras” e no meu desejo de pensar uma forma coletiva de organização em movimento, para atender às demandas que surgem, mesmo antes ou após um diagnóstico de TEA.

Aqui posso dizer que, enquanto bolsista de iniciação científica da FUNCAP no período compreendido entre 2012 a 2014, eu não entendia grande parte das ideias que ouvia meu orientador ler em voz alta (textos de Jacques Lacan que faziam parte da pesquisa sobre a relação entre o sujeito em psicanálise lacaniana, o autismo e a educação inclusiva). Mas, lembro que toda vez após os grupos de estudos eu comprava um bombom de chocolate com “serenata” no nome... hoje digo que me amparava no amor para entender que aquelas ideias seriam sementes e que estão presentes aqui de um modo peculiar - mesmo que eu lembre que estou num programa de psicologia e políticas públicas. A psicanálise, longe de culpabilizar quem quer que seja, me diz da ética e do manejo da transferência como pilares de meu caminho na lida com o tema do autismo e principalmente com *o sujeito autista*. A hipótese de um sujeito no autismo é algo que atravessa toda e qualquer intervenção que eu possa imaginar a partir do meu percurso clínico e psicossocial. Na prática entre vários, temos um exemplo de intervenção que vale a pena estudar mais (AZEVEDO, 2019).

Eu trabalho com adolescentes em conflito com a lei e há uma equipe da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação, Internação Provisória e Semiliberdade (PNAISARI) que articula os acessos aos serviços e procedimentos de saúde e não poderia deixar de dizer aqui que penso em pelo menos

duas equipes articuladoras para as pessoas com TEA e suas famílias a fim de “costurar” cuidados em saúde singulares, avaliando e dialogando entre profissionais, dispositivos e famílias ou responsáveis, no um a um. Esses profissionais não têm um lugar central, mas seu trabalho é extremamente delicado no sentido de fazer valer a intersetorialidade e interseccionalidade no cotidiano das famílias e Centros de Saúde da Família (os conhecidos postos de saúde), seja agendando exames ou mesmo avaliando a possibilidade de consulta especializada. O acesso às especialidades, dentre elas ao neuropediatra, ao CAPSi e ao psiquiatra da infância, tem sido um desafio e enfrentar cada um deles cabe a nós enquanto coletivo: da equipe APS de referência cujo papel é primordial à estrutura especializada da Rede de Atenção Psicossocial, ou mesmo dos dispositivos referentes à rede de atenção à pessoa com necessidades especiais.

Pensar numa rede de cuidados exige coragem e compreensão do que queremos diminuir: a exclusão e os estigmas que podem ter nuances de limitações e pouco inventivas, pouco contribuírem para a ampliação das potencialidades e em última instância, para a condição de sujeito.

Por fim, supor um sujeito é ir do eco à voz. O relato aqui demonstrado é fruto de minhas observações, das orientações e indicações atentas... daqueles que me permitiram aprender e, principalmente, escutar um pouco mais - a escuta no sentido de supor um saber do lado do paciente, com Freud. Com Lacan, e pelo *cearensês* que ouço desde a pesquisa com apoio da FUNCAP, sei que há lacunas nesse escrito, nessa estação de vida que é a minha e a nossa.

Obrigada a todos.
(Vocês brilham e me inspiram sempre).

Samara Fernandes.

1. INTRODUÇÃO E HISTÓRIA DO TERMO AUTISMO

Este relatório é referente ao processo de intervenção que culminou na elaboração e realização do I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE (EAPP). Durante a consolidação da parceria com diversas instituições, participamos de algumas reuniões de planejamento da política municipal de cuidado à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O trabalho descrito a seguir integra as ações do Projeto Água de Chocalho - vinculado ao Laboratório de Clínica, Sujeito e Políticas Públicas (CLIPSUS) da Universidade Federal do Ceará.

Para entendermos brevemente em que lugar situamos nossa compreensão acerca do autismo e das políticas públicas que lhe são destinadas, é importante resgatar o modo como esse tema foi desenvolvido no que se refere às transformações históricas, clínicas, éticas e políticas. Entendemos que todos esses aspectos atuam de modo significativo nos discursos e práticas cotidianas dos espaços públicos e privados.

Começamos com o termo “autismo” em torno do qual situamos nossas questões. Este neologismo foi criado por Eugen Bleuler, proveniente de outro: autoerotismo, como forma de negação da teoria da libido freudiana. O termo nomeava uma das principais características presentes na esquizofrenia em sua opinião, a saber, a ruptura das relações entre o esquizofrênico e o mundo exterior. Em 1943, no artigo Os distúrbios autísticos do contato afetivo, Kanner retoma-o para situá-lo como nomenclatura de uma síndrome específica (FURTADO, 2012). Embora os 11 casos de crianças descritos por ele tenham aspectos divergentes e peculiares entre si, alguns traços poderiam ser observados em todos, tais como o grau de “afastamento do mundo” e dificuldade de “relacionar-se com outras pessoas” (KANNER, 1997).

Um ano após a publicação de Kanner, Hans Asperger publica o artigo *Psicopatía autística na infância* onde descreve quatro crianças cujo traço maior seria o transtorno no relacionamento com o ambiente, entre outros; ao mesmo tempo em que demonstravam certa originalidade e desempenho incomum com campos de interesse incomuns às outras crianças de sua idade, caráter criativo e inventivo em sua relação com a linguagem (ASPERGER, 1991). É importante esclarecer que hoje descobriu-se a linha de contato entre os dois autores, os fenômenos relatados nos dois contextos foram considerados distintos durante muito tempo.

Desde a década de 80, o autismo deixa de ser visto como uma das síndromes dentre as chamadas “psicoses infantis” e é considerado um dos Transtornos Globais ou Invasivos do Desenvolvimento (TID) (DIAS, 2015). Conforme Furtado (2012) esta categoria clínica tornou-se o paradigma da psicopatologia infantil e uma função política, questionando o saber e convocando diversos campos à discussão. As inúmeras reformulações do “autismo” nos indicam o fascínio em torno do tema e os esforços empregados em “dar conta” de seus fenômenos. Observa-se, assim, a pertinência do debate entre concepções provenientes de diversos campos de estudo, dentre eles, a psiquiatria, psicologia e a psicanálise.

A nova versão do DSM (DSM-5) trouxe uma mudança no modo de compreensão do autismo: a Síndrome de Asperger – antes considerada como distinta do autismo – e todos os demais transtornos que compunham os TID, passaram a ser incluídos (com exceção da Síndrome de Rett) na categoria do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este, por sua vez, integra-se ao conjunto dos transtornos do neurodesenvolvimento e é assumido como espectro (DIAS, 2015). A ênfase no critério de que os sintomas se apresentam na primeira infância, mobiliza a necessidade de um diagnóstico e intervenção precoce (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2013).

A CID-11 foi atualizada em 2018 e entrou em vigor a partir de janeiro de 2022. As categorias antes consideradas TID’s foram unificadas no TEA (6A02) - com exceção da Síndrome de Rett - e os seus subtipos estão relacionados à linguagem funcional e deficiência intelectual. Essa nomenclatura segue, portanto, a compreensão do próprio DSM 5. Três eixos de comprometimento são apontados como critérios importantes: “Déficit persistente na habilidade de iniciar e manter interação social recíproca e comunicação social, e por uma gama de padrões restritos, repetitivos e inflexíveis de comportamento [...]” (OMS, 2018, tradução nossa).

Diante das mudanças de classificação e compreensão até aqui apresentadas, seguimos com uma questão importante sobre as ações voltadas ao cuidado dos sujeitos autistas e suas famílias. Para Furtado (2019, p. 122) é possível observar uma contínua alternância na forma como caracteriza-se o autismo diante da política pública: “entre a deficiência e o transtorno mental, a primeira como *mental disability*, enquanto a segunda como categoria nosológica psiquiátrica”.

¹ “(...) persistent deficits in the ability to initiate and to sustain reciprocal social interaction and social communication, and by a range of restricted, repetitive, and inflexible patterns of behaviour (...)” (OMS, 2018).

Seguindo a compreensão do autismo enquanto transtorno mental, observamos que este é um dos diagnósticos possíveis dentre outros transtornos do neurodesenvolvimento e que, de modo geral, a inclusão da saúde mental infantojuvenil na agenda das políticas públicas nacionais se deu tardiamente (COUTO e DELGADO, 2015). Em 2001 surgiu na Conferência Nacional de Saúde Mental a proposta da criação dos CAPS infantis para atender a esse público, dentre eles, os sujeitos autistas. A progressiva homologação de leis e publicações pelas instâncias que regem as políticas públicas no âmbito federal e estadual são indicativos da recente preocupação com o tema da Educação Inclusiva e do Sistema Único de Saúde (SUS) no que se refere ao TEA. Temos amparo jurídico, em última instância, na Constituição de 1988 (artigo 208, especificamente o parágrafo III).

Porém, outras normativas são necessárias para orientar a prática cotidiana das equipes. E nesse sentido temos a seguinte publicação do Ministério da Saúde, *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com TEA* de 2014. Nele, há um fluxograma de atendimento ao final deste documento no qual vemos que o serviço de saúde é *um* dos atores no cuidado desses sujeitos e que é preciso articular outros pontos da RAPS e do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) a fim de oferecer a atenção integral proposta (BRASIL, 2014).

Já o documento *Linhas de cuidado para atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde* foi publicado em 2015, também pelo Ministério da Saúde e destaca que o cuidado direcionado às pessoas com TEA e suas famílias se dê de forma integrada, numa articulação contínua entre as unidades de atendimento e outros serviços. Além disso, traz duas perspectivas: TEA como transtornos mentais e TEA como transtornos do desenvolvimento (BRASIL, 2015).

Para Oliveira (2015) o contexto de produção desses dois documentos é diferente e por isso as divergências entre a reabilitação e o transtorno mental: o documento *Diretrizes de Atenção à Reabilitação* foi elaborado por grupo de trabalho ligado à Atenção às pessoas com necessidades especiais e traz o atendimento aos sujeitos autistas nessa perspectiva (campo das políticas voltadas à pessoa com deficiência). Enquanto o documento *Linhas de cuidado* foi elaborado por um grupo ligado à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e destinado a gestores e profissionais desta política.

Assim, vale ressaltar que este último documento faz referência à RAPS como prioritária, porém, conforme Bezerra (2013 apud Furtado 2019) a singularidade nem sempre é considerada. Há uma *forclusão*² do sujeito por parte dos discursos científicos por meio da hegemonia do modelo biomédico - modelo este que está a serviço do “ver” (com exames, explicações necessariamente biológicas do sofrimento psíquico) e não da “escuta” do sujeito. Uma ferramenta que é apresentada para auxiliar na efetivação do princípio da integralidade é o Projeto Terapêutico Singular (PTS) elaborado por equipe multiprofissional de referência.

No âmbito da educação, temos a cartilha *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: Autismo*, disponibilizada pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Inclusiva. Neste último documento, são apontadas orientações práticas referentes à forma com que a inclusão deve ser operacionalizada especificamente no autismo, tanto na sala de aula regular, quanto na sala multifuncional (BRASIL, 2004).

Enfatiza-se a importância das estratégias que visam estimular a interação da criança autista com os colegas e professores (BRASIL, 2004, p. 26-27). No contexto escolar o documento correlato ao PTS seria o Plano de Ensino Individualizado (PEI) onde são descritas as adaptações curriculares voltadas para cada aluno vinculado ao AEE.

Assim, conseguimos visualizar brevemente que existem muitas lacunas nas perspectivas que orientam o trabalho a ser realizado. Uma das mais graves é a escassez, e por que não dizer, falta de métodos que proporcionem o diálogo entre os próprios autistas, suas famílias e o poder público. As dificuldades no acesso aos atendimentos em saúde, exaustão e sentimento de desamparo diante do diagnóstico são relatos frequentes quando de fato ocorre o acolhimento e escuta desse grupo populacional.

No município de Sobral-CE, procuramos inicialmente levantar informações acerca da atenção direcionada aos sujeitos autistas, atendidos pelos equipamentos públicos em funcionamento. Participamos do grupo de trabalho, formado por diversos profissionais atuantes nos dispositivos de cuidado e também professores vinculados às Universidades, cujo objetivo é a formulação da Linha de cuidado à pessoa com TEA do município de Sobral-CE.

² “Conceito forjado por Jacques Lacan para designar um mecanismo específico da psicose, através do qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito. Quando essa rejeição se produz, o significante é foracluído. Não é integrado no inconsciente, como no recalque, e retorna sob forma alucinatória no real* do sujeito. No Brasil também se usam “forclusão”, “repúdio”, “rejeição” e “preclusão”(ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 245). Nesse sentido, a foraclusão do sujeito autista perpassa a exclusão da sua enunciação nos dispositivos de cuidado.

Propomos, então, a realização de um evento no qual os mais diversos grupos interessados pudessem discutir e elaborar suas necessidades, dificuldades e percepções sobre a política municipal e seu aprimoramento. Inúmeros desafios surgiram durante o processo de execução dessa intervenção. Discutiremos nesse trabalho final os eixos que fizeram parte da programação desse momento, as questões que surgiram durante a realização das mesas e também das perguntas, relatos, reflexões feitas pelo público participante durante cada uma delas.

Portanto, nossa produção tem como objetivo relatar o planejamento, execução e acompanhamento dos desdobramentos provenientes do I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE. As atividades que compõem este trabalho foram incorporadas às ações de extensão do projeto Água de Chocalho, vinculado ao Laboratório de Clínica, Sujeito e Políticas Públicas – CLIPSUS, pela Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral e do Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas – UFC – Campus Sobral, com apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Documentar o I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar o I EAPPS como evento de diálogo entre gestores, famílias, pessoas com diagnóstico de autismo, cuidadores, pesquisadores, etc. interessados no tema;
- Elaborar um relatório técnico a fim de contribuir para que a política municipal tenha caráter intersetorial, construída para e com os sujeitos aos quais se destinam.

3. JUSTIFICATIVA

A experiência de deparar-se com um diagnóstico pode trazer sentimentos diversos como tristeza, angústias, incertezas quanto ao futuro e em certa medida a perda da imagem ideal do filho. O estado de choque denota sentimento de desamparo diante da situação totalmente nova que se apresenta. Em estudo realizado com 21 mães e 9 pais que receberam o diagnóstico, foi possível observar que posteriormente cada um desenvolveu estratégias de enfrentamento. Boa parte deles procuraram: saber mais sobre o assunto, entender e aceitar o diagnóstico, levar o filho às terapias, buscar ajuda profissional para si mesmo e encontrar modos de demonstrar forças (PONDÉ e AGUIAR, 2020).

É justamente no momento de busca pelo cuidado em serviços de saúde e educação que se situam as dificuldades em sentir-se acolhido e ouvido pelas políticas públicas que os cercam. Nesse ponto nos deparamos com a necessidade de elaborar propostas que auxiliem no aumento da participação dos próprios sujeitos autistas e suas famílias durante a definição das políticas que lhe são destinadas. Precisamos construir uma política, como afirma Furtado e Silva (2019, p. 123): “Plural, pois necessita de uma rede integral que disponha de diversas tecnologias de cuidado para sanar demandas; e singular, pois é construído a partir das premissas e desejos do sujeito.”

O momento de realização da intervenção aqui descrita justifica-se por ser um período de elaboração da linha de cuidado municipal, considerando os equipamentos já existentes e as mudanças necessárias para um atendimento mais humanizado e integral. Procuramos abordar em cada mesa da programação os aspectos cotidianos e assim estimular o debate das dificuldades e anseios em torno do cuidado às pessoas com TEA e familiares. Como afirma Ribeiro (2013, p.87): “reside, aqui, a importância de reconhecer o autismo não por aspectos deficitários, mas pelo trabalho realizado pelo sujeito autista e conseguir suportar um trabalho com ele”.

A divulgação do evento se deu de forma majoritariamente *online* e identificamos nos canais de comunicação com a comissão o interesse de pessoas em participar. Foram 340 inscrições no total e demonstrações de apoio na página do CLIPSUS onde publicamos os materiais de divulgação, tais como o *banner* principal e a programação.

Vale ressaltar que não houve financiamento específico para esta ação, no entanto ela dialoga com as produções do Programa de bolsas de produtividade em Pesquisa, Estímulo à

Interiorização e Inovação Tecnológica – BPI, edital 07/2019, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

Assim, considerando a natureza da intervenção, a produção técnica mantém aderência à linha de pesquisa Clínica, Saúde e Políticas Públicas e participa dos projetos citados na identificação do presente relatório de assessoria.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

“Sem dúvida, o método como estratégia, e a técnica, como tática formam um par nobre. O método como caminho para se chegar a um determinado resultado e a técnica como conjunto de processos por meio dos quais se realiza uma função que ajudará a alcançar o objetivo estratégico que o método busca”
(Sanz, 2009, p. 39)

4.1 TIPO DE PESQUISA, CENÁRIO E CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

Trata-se de um projeto de pesquisa-intervenção, de abordagem qualitativa que se propõe a documentar o processo de realização do I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE (I EAPPS-CE). Inscreve-se, portanto, nas investigações participativas. Segundo Rocha e Aguiar (2003 apud Barros 2018) é “(...) referenciada teórico-metodologicamente em movimentos institucionalistas erigidos em meados do século XX, cujo intuito principal é investigar a vida cotidiana de sujeitos e grupos na sua diversidade qualitativa.” Combinamos outras técnicas ao longo do período de realização deste trabalho com as devidas orientações e observações éticas em cada situação.

Em nosso percurso metodológico usamos as indicações de Sanz (2009) cujo livro nos auxiliou. O tema *autismo e políticas públicas* é um campo praticamente inesgotável de concepções e teorias, sabemos. No entanto, desse itinerário aqui relatado, temos a indicação de uma de nossas professoras, a Profa. Dra. Camilla Lopes³ de que: o tema pode ser cheio de outras perspectivas e até comum, mas cada um de nós faz um caminho singular, e ao nosso modo, fazemos uma pesquisa.

O campo de pesquisa é formado, principalmente, pelas anotações produzidas durante

³ A professora Camilla Lopes, em parceria com o professor Pablo Pinheiro, ministrou a disciplina de Produções em Psicologia e Políticas Públicas no ano de 2021. A fala citada acima ocorreu durante essa disciplina.

o evento e a ata redigida das produções decorrentes das Mesas temáticas ou Mesa redonda (Sanz, 2009). Estas foram organizadas de modo a articular diálogos entre os diversos convidados e representantes envolvidos no cuidado à pessoa autista a nível municipal.

O local e data em que foi realizado foram definidos a partir de alguns critérios: o primeiro considerando a disponibilidade de auditórios existentes na cidade e a representatividade. A data foi escolhida considerando outros eventos acadêmicos e municipais previstos e o dia da semana mais propício à presença dos profissionais de rede, bem como dos estudantes de graduação, que também aderiram à proposta. Por fim, a escolha de que fosse em um dia, dividido por dois turnos justifica-se pela necessidade de contemplarmos aspectos importantes da política municipal e de modo que o tempo tivesse melhor aproveitamento.

Ocorreu, então, *de forma presencial* no dia 26 de outubro de 2022, no Auditório Bloco 1, localizado na Universidade Federal do Ceará - Campus Mucambinho, Município de Sobral-CE. Endereço: Rua Coronel Estanislau Frota, 563 – Centro, Sobral – CE, CEP: 62010-560.

Os sujeitos participantes foram os inscritos que compareceram ao evento interessados sobre o tema do autismo e as políticas de cuidado: Familiares, cuidadores, profissionais de acompanhamento, docentes e discentes da comunidade escolar, gestores das políticas públicas, grupos da sociedade civil organizada, instituições de ensino e saúde em geral, ramificações da educação formal e não formal. Ressalta-se que o auditório escolhido tem capacidade de 230 lugares.

A comissão de organização foi formada a partir dos extensionistas do Projeto Água de Chocalho, extensão do Programa CLIPSUS, que demonstraram interesse em participar e também experienciar o processo de organização de um evento científico, porém aberto ao público em geral. Sua estruturação foi incorporada, através da assessoria técnica.

Conforme o Regimento Interno do nosso Programa de mestrado profissional:

O Trabalho de Conclusão do Mestrado, na forma de dissertação ou produto técnico, é obrigatoriamente considerado atividade acadêmica, da mesma forma que o exame de qualificação e a proficiência em língua estrangeira.” (UFC, p. 13, 2019).

A CAPES define como um dos produtos técnicos considerados aceitos, no caso da Psicologia, o **Relatório Técnico de Assessoria** explicitado abaixo:

Assessoria é o ato de assessorar, ou seja, é o ato de ajudar, assistir, auxiliar, coadjuvar ou colaborar com determinado processo. Na assessoria os problemas são identificados e as soluções implantadas com a participação direta do assessor interferindo nos processos. Tem

caráter eventual. A consultoria pode ser definida como um serviço de aconselhamento contratado por organizações junto a pessoas qualificadas e especialmente treinadas para lhes dar, de uma forma objetiva e independente, a possibilidade de identificar problemas e oportunidades de melhoria. A consultoria analisa os problemas e aponta soluções, chegando até a facilitar a implantação ou indicar assessores para que o façam, mas o consultor NÃO participa diretamente da implantação das soluções e aí está justamente a maior diferença entre consultoria e assessoria. Também tem caráter eventual. (BRASIL, 2016, p. 5)

No documento destinado às definições de produção técnica (BRASIL, 2019, p. 52) temos a seguinte conceituação do Relatório Técnico Conclusivo:

Definição: Texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões. Indica em seu conteúdo a relevância dos resultados e conclusão em termos de impacto social e/ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido. Exemplos: Relatório de projeto de pesquisa; Relatório de assessoria e consultoria técnica e de auditoria de contratos; Relatório de impacto ambiental ou de obra civil; Relatório de ensaio físico-químico de material ou produto em engenharia, veterinária, química, agronomia, etc.; Relatório de vistoria/avaliação em instituições, órgãos ou serviços públicos e privados.

O segundo produto técnico realizado é o I EAPPS, conforme definição da própria CAPES, a saber:

Definição: produto da atividade de divulgação e/ou propagação do conhecimento técnico-científico pelo Programa de Pós-Graduação para público acadêmico ou geral por meio de atividades formalmente concebidas. Exemplos: congresso, seminário, festival, olimpíada, competição, feira ou convenção realizada pelo Programa de Pós-Graduação. (BRASIL, 2019, p. 48).

Além desses dois, os principais, desenvolvemos outras ações acadêmicas: realizamos o *evento Andanças*, articulando ensino e pesquisa por meio da organização entre nós, mestrandas e alunos da Turma de Estágio Básico; Durante a disciplina de Estágio Docente, além do evento *Andanças*, foi realizada a Oficina de Arte e Psicanálise em parceria com a monitoria de Psicopatologia em que foi possível dialogar sobre a arte e o encontro com alguns conceitos da teoria psicanalítica. Essa Oficina mostrou-se relacionada aos produtos técnicos principais na medida em que refletimos sobre as expressões artísticas em suas diferentes linguagens como vias pelas quais o sujeito autista pode dizer de sua experiência, e encontrar modos próprios de enunciação (MALEVAL, 2009). Participamos da IV Conferência Municipal de Saúde e nesse momento falamos brevemente sobre a necessidade

de saúde da pessoa com TEA e responsáveis.

4.2 PROCEDIMENTOS

Inicialmente foi realizado estudo sobre as normativas relacionadas ao cuidado da pessoa autista no contexto das políticas públicas a nível federal, estadual e municipal. Em seguida buscamos a aproximação com o tema e apropriação do cenário municipal no que se refere aos dispositivos já existentes, principalmente no âmbito da saúde. Posteriormente realizamos a etapa de conceituação do evento: reuniões de planejamento em equipe e em parceria com a empresa júnior Rastro UFC.

Desse modo, seguimos as definições de Sanz (2009, p. 76 - 77) ao conceituar o Estudo por projetos:

Projeto significa simplesmente a ideia de fazer alguma coisa (...) Na verdade, a Metodologia de Projetos é a mais produtiva manifestação da Pedagogia de Projetos, inspiradora e, dialeticamente, consequência lógica da política de construção de competências implícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (...).

Deparamo-nos com a possibilidade de escolhermos diversos tipos de eventos (Colóquio, Congresso, Seminário, Simpósio, Fórum, etc.). Diante disso, consideramos o Encontro como mais adequado pois tem como objetivo discutir o que está acontecendo num determinado campo de atuação e destacar o que precisa ser melhorado, propondo soluções. Ou seja, em um encontro acadêmico aberto aos profissionais e familiares, pessoas de categorias profissionais variadas debatem temas relevantes, atuais e polêmicos daquela área.

Assim, buscamos construir a programação de modo que os participantes das mesas e os demais presentes pudessem se pronunciar acerca dos temas e ao final, conseguirmos elaborar encaminhamentos para eventos futuros - escolhemos a Exposição Dialogada “ambos são expositores, ambos são receptores” (Sanz, 2009, p. 125). A programação final foi delineada a partir do método da tempestade de ideias no qual foi realizado um momento de discussão e reflexão sobre o cenário municipal referente às políticas voltadas para pessoas com TEA e seus familiares. O que determinou os temas das mesas foi o entendimento de que cada mesa se constitui como uma forma de promover o diálogo em torno das principais políticas e o modo como foram distribuídas possibilitou a organização dos convidados. O resultado está descrito na tabela abaixo:

I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE

8h30	Abertura e recepção (Prof. Dr. Luis Achilles em fala inicial)
09h00 - 10h20	Mesa 1: Política Municipal de Atenção à pessoa com TEA Convidados: Profa. Cybele Freitas (UVA), Bruna Kérsia Vasconcelos (RAPS-Sobral), Kemilly Mesquita (UFC). Coordenação da mesa: Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado
10h30 - 12:00	Mesa 2: Rede de Atenção integral à saúde da Pessoa com TEA e suas famílias: demandas e <i>intersetorialidade</i> Convidados: Roseane Rocha (CAPSi), Aristides Parente (Casa do Autista), Profa. Camilla Lopes (UFC). Coordenação da mesa: Bruna Kérsia Vasconcelos.
14:30 - 15:50	Mesa 3: A Educação Inclusiva no cotidiano escolar de pessoas com TEA: estrutura e desafios Convidados: Shyrlane Souza (APAE-Sobral), Ancila de Maria Borges (ESFAPEGE-Sobral). Coordenação da mesa: Samara Fernandes
16:00 - 17:00	Mesa 4: O diagnóstico de TEA no município sobralense e a medicalização da infância Convidados: Dra. Trícia Feitosa Nogueira Silva, Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado
17:00 - 17:30	Encerramento: Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado e Samara Fernandes Sorteio de brinde: Livro “O sujeito na entrada da estação: estudos sobre o caso Dick, a clínica psicanalítica e o autismo”. Luis Achilles Rodrigues Furtado (Org.).

Nesse contexto, o convite para o evento foi veiculado nas mídias sociais, sendo o Instagram e o WhatsApp os principais meios de divulgação das inscrições e programação, através da página do CLIPSUS, que vem sendo utilizada na divulgação das ações realizadas dentro da Universidade e em grupos de trabalho e pesquisa no WhatsApp. A utilização da comunicação *on-line* como forma de divulgação foi indispensável para esta atividade. Nosso

objetivo foi construir um espaço dialógico entre os mais diversos grupos interessados em discutir as políticas de cuidado, as redes sociais já citadas puderam nos aproximar de um público diverso e observamos boa aceitação por parte das pessoas interessadas.

4.3 PARTICIPANTES

Foram convidados a participar do evento familiares de sujeitos autistas e sujeitos interessados com a temática proposta. De acordo com a tabela a seguir:

I EAPPS em números	
Número de inscritos no I EAPPS	340 pessoas
Beneficiários Diretos ⁴	126 pessoas
Beneficiários Indiretos ⁵	255 pessoas

Considerando o caráter presencial desse momento e o período relativamente curto de divulgação, compreendemos dois aspectos importantes sobre os participantes: 1) pessoas residentes de outras localidades desejaram participar, porém não foi possível diante da distância e despesas com deslocamento; 2) uma parte importante de familiares expressou seu desejo em participar, contudo, as dificuldades que se apresentaram estavam relacionadas a existência ou não de uma rede de apoio que estivesse com seus filhos durante a programação. *Nesse ponto, destacamos a necessidade de que na próxima iniciativa seja pensado um espaço para recebê-los e no qual as atividades favoreçam sua expressão subjetiva.*

Considerando que os relatos de parcela significativa das famílias narram dificuldades no manejo entre as demandas de cuidado e as demais atividades de participação social, presumimos que a amostra é feita com sujeitos em melhores condições de suporte e rede de apoio.

Um aspecto relevante é que a maioria dos participantes do evento, inclusive os convidados na composição das mesas eram compostos quase que em sua totalidade por mulheres. Essa prevalência nos instiga a refletir sobre o quanto o papel de cuidado está historicamente atrelado às mulheres e foi significativa a prontidão com a qual as participantes

⁴ Inscritos que compareceram: familiares, filhos e sujeitos autistas, profissionais da saúde e educação municipal, professores e estudantes das Instituições de Ensino Superior presentes no município.

⁵ Sendo a comunidade que rodeia esses sujeitos.

falavam de suas vivências, angústias e questões em torno do tema, sejam elas mães, tias, estudantes de graduação, etc.

Assim, 126 pessoas compareceram ao I Encontro sendo que 89 estiveram nos dois turnos e 37 estiveram em apenas um deles. O turno da manhã obteve maior número de participantes. Destacamos que em ambos, houve boa interação entre as mesas e os demais presentes, conforme descrito em Resultados e Discussões.

Nossa coleta de dados aconteceu nos momentos de planejamento e principalmente durante o evento, totalizando oito meses (fevereiro a outubro de 2022). O encontro não foi gravado, porém uma ata foi produzida mediante autorização dos convidados a compor as mesas, considerando a estrita finalidade acadêmica deste material.

Tratando-se de um evento público, com emissão de certificado mediante inscrição voluntária e presença confirmada, consideramos que não seria necessária a submissão a aprovação no comitê de ética, uma vez que as informações relatadas são de domínio público (CEP-UFRN, 2018).

Em suma, estivemos presente em todas as etapas do projeto do evento e do evento andanças como um produto técnico complementar (articulando Pesquisa e Ensino, com alunos do Estágio Básico) e também realizamos com apoio da monitora Isadora a Oficina de Arte e Psicanálise (articulando Ensino e Pesquisa), também participamos da escrita de um artigo enviado para revista de tecnologia e educação (articulação entre mestrands e orientador no eixo Pesquisa. Convidamos a Rastro UFC para ajudar na criação do produto técnico principal realizado em outubro de 2022.

Realizamos reuniões com pessoas de diversos setores sobre as políticas públicas voltadas para as pessoas ditas autistas e suas famílias (caráter de alta complexidade devido a exigência do trabalho *intersetorial*, como sugerimos que seja a política municipal. Participamos de eventos de mães e pais de modo que compreendemos algumas lacunas na relação entre eles e compreensões do poder público.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

“O registro das informações obtidas em aulas, observações casuais e pesquisas é tão importante quanto obter dados. Mas não existe uma receita infalível para isso. Devemos descobrir nossos próprios métodos de estudo, documentação e registro”
(Sanz, 2009, p. 117)

O I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas ocorreu de forma presencial e os registros foram realizados em formato de Ata, com autorização dos convidados que compuseram as mesas previamente definidas na programação.

Para análise e discussões dos dados coletados usaremos a análise de conteúdo de Bardin (2016) considerando o caráter qualitativo deste trabalho. Seguiremos com as discussões distribuídas em cada mesa. Para nós, “ir do Eco à voz, [construindo] nossa travessia” refere-se à compreensão de que se faz necessário promover espaços dialógicos e nos quais a escuta dos sujeitos autistas seja ponto de partida para as políticas a eles destinadas. Procuramos, na escolha dos temas e convidados, contribuir nesse sentido.

Dessa forma, a partir das atas que refletem o evento e de toda a vivência apresentada até aqui, foi possível construir três categorias de análise. O quadro a seguir mostra como chegamos a essas categorias:

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
1. As leis federais acerca dos direitos da pessoa com TEA	Avanço legal vs Cortes nos investimentos	Intersetorialidade - A política municipal de Atenção à pessoa com TEA e suas famílias;
2. Normativas do Ministério da Saúde: Linha de cuidado e Diretrizes de reabilitação à pessoa com TEA	Qualificação do trabalho	
1. O impacto do funcionamento do CAPS i na RAPS-Sobral		
2. Educação permanente para um melhor acolhimento na Atenção Primária		
3. Sobrecarga materna		
4. Maior articulação com esporte, lazer, cultura	Atendimento às famílias	
5. Sentimento de culpa e fracasso das mães		

6. Incômodo com os filhos		
7. Espaço de escuta das mães		
8. Angústia materna		
9. Solidão materna		
10. Cuidados com a saúde mental	4. Definição do fluxo de atendimento na RAPS	Protagonismo - Atenção à saúde da pessoa com TEA;
	5. Aumento da oferta de serviços intersetoriais, especializados e comunitários	
11. Busca pelo diagnóstico e laudo		
12. Dificuldades de encontrar especialistas		
13. Promoção da saúde como caminho alternativo à supervalorização das especialidades.		
14. Estratégias de cuidado voltadas aos cuidadores		
15. Falta de especialistas e terapias		
16. Preconceito com sujeitos autistas	6. A escolarização de sujeitos autistas na qualificação do AEE;	Ampliação - A Educação Inclusiva e sua estrutura efetiva
17. Dificuldade de aprendizagem de sujeitos autistas	6. Elaboração do PDI	

18. Dificuldades de profissionais suficientes para a demanda	7. Necessidade de investimentos
19. Dificuldades no acesso à profissionais especializados	
20. Dificuldades na educação inclusiva	

Apresentamos a seguir algumas reflexões referentes às mesas temáticas e às categorias de análise.

5.1. INTERSETORIALIDADE - A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À PESSOA COM TEA E SUAS FAMÍLIAS

As políticas públicas podem ser entendidas como ações intencionais desenvolvidas pelo governo para garantir direitos à população em diversas áreas, como saúde, educação e lazer, com o objetivo de promover qualidade de vida e bem-estar. Envolve vários níveis decisórios e etapas tais como: planejamento ou proposição, implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006). As políticas voltadas para pessoas com TEA e familiares estão inseridas nesse cenário mais amplo. A nível federal temos algumas legislações que buscam orientar a execução do cuidado e estabelecer os direitos a serem garantidos, mas é no cotidiano do nível municipal que o cuidado, de fato, acontece. Assim, faz-se necessário discutir a política municipal com os atores e demais interessados.

Na primeira mesa buscamos discutir aspectos gerais desse cenário municipal. A convidada Bruna Kersia Vasconcelos (psicóloga e uma das coordenadoras de Rede de Atenção Psicossocial - RAPS do município) iniciou sua fala explicando como é estruturada a Atenção Primária e Especializada cujos dispositivos devem estar aptos a receberem as demandas de saúde desses sujeitos e seus familiares. Um dos avanços que podemos apontar sendo destacado no evento foi a criação de um grupo de trabalho formado por pessoas e profissionais de diversos setores com o intuito de contribuir para a elaboração da política municipal.

A promulgação da Lei Municipal nº 2.207, de 19 de janeiro de 2021 iniciou um debate entre familiares e gestão municipal, pois, preconiza a elaboração de uma Linha de cuidado e, dentre os princípios que se destacam temos o da intersectorialidade, visando o acesso a outros

espaços e dispositivos da rede, para além do setor saúde, tais como a assistência social, educação, lazer e cultura.

Nossa próxima convidada da mesa, Profa. Dra. Cibely Freitas, destacou aspectos comumente encontrados no contexto familiar, que foram resultado de uma de suas pesquisas, tais como: medo do futuro, ansiedade e abandono por parte do poder público. Conforme Bonfim *et al.* (2023, p.2):

Essas famílias estão sujeitas ao estresse parental devido a problemas financeiros, à ansiedade relacionada ao futuro da criança, à ausência de suporte social, às diferentes implicações que a condição de saúde impõe para o grupo e ao aumento da sobrecarga de cuidado, principalmente das mães.

Cada um desses aspectos influenciam diretamente no modo como a família vivencia o processo do diagnóstico e os demais encaminhamentos após ele. O apoio de uma equipe multiprofissional é um dos fatores positivos a serem garantidos. Conforme Bonfim *et al.* (2023) “(...) é necessário que os profissionais de saúde compreendam a família como unidade de cuidado e se dediquem a apoiar, encorajar e ajudar nas tomadas de decisões necessárias ao bem-estar da criança e dos membros familiares”.

Outro ponto discutido foi a necessidade de educação permanente com os profissionais, pois a qualificação destes tem impacto direto na forma como as pessoas com TEA e familiares são cuidados pelos serviços (BONFIM, *et. al.*, 2023). Isso implica mudanças nas condições de trabalho das equipes e incentivo à capacitação de nível superior para que estes trabalhadores sejam valorizados e bem remunerados, para que queiram atuar na política pública.

A convidada seguinte, Mestranda da UFC, Kemilly Mesquita relatou brevemente o sobre o contexto de Fortaleza-CE enquanto capital cearense, cidade com população bem maior e demandas de grandes proporções. As dificuldades são desde a integração dos equipamentos até a organização de um fluxo de atendimento que garanta acolhimento e suporte ao sofrimento. Trouxe como cenário mais amplo a luta antimanicomial, visto que a institucionalização da pessoa com TEA pode acontecer em algumas situações, mas deve ser evitada e combatida. Uma potente parceria é a Universidade em sua extensão que beneficia a comunidade e a formação dos futuros profissionais, como foi no seu percurso profissional.

A Ata em anexo pode ser consultada para mais detalhes do que foi discutido.

4.2. PROTAGONISMO: ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA COM TEA

O intuito da segunda mesa organizada no evento foi discutir especificamente a atenção à saúde direcionada às pessoas com TEA e familiares. Sabemos que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988 para assegurar o acesso à saúde como direito de todos e dever do Estado. Os princípios que devem orientar o cotidiano dos serviços de saúde são, conforme Nascimento, Pereira e Garcia (2017, p. 157):

a Universalidade, que assegura a saúde como direito de todos os cidadãos e o acesso aos serviços e ações de saúde indiscriminado a todos; a Equidade, na qual todos os cidadãos são iguais perante o SUS que, entretanto, atende cada um conforme suas necessidades particulares e individuais – mais assistência aos que demandam mais necessidades em saúde; e a Integralidade, ou seja, a capacidade que o Sistema deve ter de oferecer atenção à todas as demandas da população, independente de quão complexas sejam.

Esses princípios devem estar presentes no atendimento e também no planejamento das ações específicas a essa população seja no acolhimento inicial à família ou mesmo após a conclusão do processo diagnóstico, quando serão necessárias ações para a elaboração de um plano de cuidado, o Projeto Terapêutico Singular (PTS). No entanto, o que parece organizado em teoria pode não ocorrer na prática, e desse modo faz-se necessário priorizar a definição do fluxo de atendimento com o objetivo de orientar em que serviço as famílias podem ser acolhidas e quais os direcionamentos até o diagnóstico, bem como os procedimentos após esse momento.

A primeira convidada da segunda mesa, Rosiane Rocha (Gerente do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) Aquarela relatou sobre a recente inauguração desse serviço especializado no cenário municipal, que a equipe vêm enfrentando desafios desde questões orçamentárias, ausência de investimentos na rede especializada de caráter psicossocial, até o processo de reorganização dos fluxos de atendimento. O CAPSi Aquarela ainda não está habilitado a receber investimentos federais, pois depende da abertura de um chamamento público interno ao Ministério da Saúde e esse processo está em andamento - o que interfere diretamente no que o serviço tem condições de oferecer nesse momento.

Em estudo sobre o perfil existente nos CAPS durante o período de 2014 a 2017 no Brasil, Tomazelli e Fernandes (2021, p. 20) indicaram que os profissionais mais comumente encontrados são o psicólogo clínico, o terapeuta ocupacional e nos CAPSi o fonoaudiólogo. As intervenções também variam, mas em geral são: atendimentos individuais, estimulação precoce, atendimento em grupo e orientação parental. No entanto, faz-se necessário o

aumento da oferta de serviços intersetoriais, especializados e comunitários, serviços de promoção de saúde que ultrapassem a busca pelo diagnóstico e laudo.

O convidado Aristides Parente (coordenador da Casa do autista, entidade presente no município) trouxe contribuições do ponto de vista histórico acerca do termo autismo e enfatizou que o atendimento seja em rede, com o cuidado de não voltar-se para uma busca por tratamentos especializados, mas sim comunitários. Em seguida a Profa. Dra. Camilla Araújo (Docente do curso de Psicologia da UFC e do Curso de Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas) levantou questões fundamentais sobre o que queremos dizer quando falamos de autismo, quem são essas famílias e que realidades elas têm.

Outro ponto importante de sua fala foi a reafirmação da luta antimanicomial como pano de fundo para que os sujeitos autistas sejam cuidados de forma integral, pois é preciso ressignificar e rever a mentalidade manicomial presente na ideia de cuidado atrelada à cronificação, mesmo dentro do espaço físico de um CAPS. Ademais, enfatizou que é necessário se opor ao negligenciamento do saber das famílias de pessoas com TEA. No momento das perguntas duas mães trouxeram suas vivências na rede de Sobral, bem como angústias e dificuldades, com as quais refletimos a seguir.

No meio do caminho havia, pelo menos, quatro mães: duas falavam, uma acolhia e a outra, anotava...

“Quando tudo for pedra, atire a primeira flor...”

(Autor desconhecido)

Duas mães de pessoas com autismo indagaram fervorosamente o motivo das políticas públicas não funcionarem em Sobral. Segundo as mesmas, não existe uma concretude dos projetos. Uma delas referiu-se à pandemia e à hashtag #fiqueemcasa e sua dificuldade em cuidar de suas crianças, pois teve outro filho nesse período. Longe de expor de forma irresponsável esse relato sincero e carregado de indignação, queremos aqui ressaltar o que é chamado de *sobrecarga materna*, ou seja, historicamente e socialmente, é esperado da mulher que exerça uma função no lar ou no trabalho, ligada aos cuidados dos outros, como cuidadora principal (FARO et al., 2019).

Conforme Guedes e Daros (2009, p. 123) “(...) as atividades que derivam do ato de cuidar tendem a ser atribuídas às mulheres e naturalizadas de forma a aparecerem como exclusivas e constitutivas da condição feminina.” Ou seja, essa mãe compartilhou de seu sofrimento ao reconhecer publicamente e de forma espontânea, sua condição de exaustão diante do cuidado dos outros, ainda que esses outros sejam seus filhos e sua casa de forma geral.

O trabalho doméstico é extremamente complexo e não remunerado, por vezes é rechaçado e tão pouco reconhecido. Perguntamos aqui: Quem cuida dela? Ela teria disponível e mediante negociação com sua rede de apoio (caso exista) uma hora de seu dia para praticar o chamado “autocuidado”? ou ouviria ela e a maioria das mães as mesmas frases culpabilizadoras e condenatórias que são tão comuns no dia-a-dia das famílias, infelizmente: “Quem teve seus filhos, que crie...”; “Para que foi ter tantos filhos assim? se se cuidasse⁶ mais, não estaria nessa situação... agora pede ajuda...”.

A escolha entre estar em casa para exercer suas funções de chefe de família ou trabalhar fora tem sido uma pergunta de muitas mães na atualidade. Segundo Guedes e Daros (2019, p. 124) “Ao identificar-se com o ato de cuidar, a mulher, muitas vezes, distancia-se da possibilidade de outras escolhas, ou distancia-se dos próprios projetos. Cuidar do outro torna-se o seu cotidiano”. Faro et al. (2019) aponta que o suporte familiar é um dos fatores atenuantes do estresse e possibilita alternativas diante das dificuldades de cada contexto.

Seja qual for a frase certamente já ouvida pelas mães, observa-se maior dificuldade em dar prosseguimento à sua vida profissional após o diagnóstico, em decorrência das necessidades de atendimentos e demais cuidados (FÁVERO e SANTOS, 2005). Mas, diante daquele relato, não podemos deixar de ressaltar, que haviam pelo menos quatro mães no momento das perguntas, e a seu modo, cada uma trabalhou psiquicamente no sentido de elaborarem e endereçarem suas falas.

Outro relato nesse momento foi em relação à escola e às atividades que são direcionadas à aquisição de habilidades básicas como a leitura e a escrita - tão importantes para o aluno ou estudante e para o cidadão, na *polis*. A mãe questionou o motivo de seu filho não ter atingido as metas relacionadas à alfabetização e por quê, se ele era assíduo em sala de

⁶ “Cuidasse” aqui, no sentido da responsabilidade sobre os métodos contraceptivos. Ora, o casal poderia ter a responsabilidade repartida igualmente, porém, sabemos que é cobrado da mulher a atitude em relação a isso, bem como seus deslizes e ou *vacilos*.

aula, etc. O que estão fazendo com ele lá, que ele não soube ainda escrever e ler? A resposta da mesa foi que seria necessário acolher seu caso específico e investigar com equipe pedagógica e de saúde os motivos dessas dificuldades bem como realizar os encaminhamentos a partir das informações obtidas no estudo de caso. Uma possibilidade seria investigação da presença ou não de deficiência intelectual.

Sua pergunta nos indica que no plano da relação família-escola há muitas suspeitas e mesmo dúvidas sobre os métodos pedagógicos utilizados pelo docente, principalmente se considerarmos que trata-se da Educação Especial na perspectiva da *Educação Inclusiva*. As situações de conflito podem ter como um dos atores os professores. Segundo Vieira e Adurens (2018, p. 96):

Existem vários fatores que influenciam a atitude dos professores diante da inclusão escolar, como questões estruturais, materiais, curriculares etc. A capacitação para formação dos professores e as atitudes positivas e favoráveis diante da inclusão são fundamentais, embora, isoladamente, não proporcionem o sucesso neste processo de educação inclusiva.

A importância desses profissionais é indiscutível, porém eles não são os únicos na conquista de melhorias.

Em seguida, as mesmas foram convidadas pela profa. Dra. Camila Araújo a compor a 2ª mesa e assim fluiu uma troca de reivindicações de direitos e busca de esclarecimento do funcionamento dos dispositivos. Reivindicam mais recursos para trabalhar com seus filhos, mais materiais didáticos e lúdicos. Pontuaram suas vivências com pouca ou nenhuma rede de apoio - o que interfere diretamente na qualidade de vida e é fator de risco para o surgimento de adoecimentos tais como depressão e ansiedade na saúde do cuidador de referência daquele sujeito autista. Após apontamentos muito relevantes para o dinamismo do Evento, para o desenvolvimento e implementações efetivas das políticas públicas no município, aquelas mães abraçaram a ideia de que o I Encontro sobre autismo e políticas públicas de Sobral, era um momento muito relevante no processo de luta pelos direitos das pessoas com TEA e que todos os integrantes, participantes e convidados têm a mesma luta em comum

A quarta e última mesa será abordada junto a essa seção por tratar-se do diagnóstico de TEA no município e discutir também o tema da medicalização da infância. A convidada Profa. Dra. Trícia Feitosa Nogueira Silva (professora do Curso de Medicina da UFC-Sobral) trouxe contribuições importantes ao enfatizar que cada família vivencia o processo diagnóstico à sua maneira e o modo como cada membro familiar lida com essa circunstância

depende de fatores tanto pessoais quanto externos como a rede de apoio que os responsáveis possuem, etc. A professora também retomou as principais características que são observadas durante o diagnóstico e que o Transtorno do Espectro Autista é considerado transtorno do neurodesenvolvimento, considerado deficiência para fins de lei e essa inclusão no rol das deficiências tem um valor social imprescindível, dadas as prerrogativas e garantias legais. O processo diagnóstico é feito principalmente pela escuta clínica. A função do psiquiatra é conduzir o processo diagnóstico e gerenciar o projeto terapêutico em torno do qual os demais profissionais vão atuar.

A ata em anexo possui mais detalhes e pode ser consultada.

4.3. AMPLIAÇÃO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA ESTRUTURA EFETIVA

A presente categoria de análise foi obtida através da ata redigida, das vivências relacionadas a esse evento e discussões teóricas pertinentes. Como convidados da terceira mesa tivemos: Shyrlane Sousa (psicóloga da APAE-Sobral e Ancila de Maria Borges (Psicóloga e formadora da Escola de Formação Permanente do Magistério e Gestão Educacional - ESFAPEGE), com mediação de Samara Fernandes.

O tema da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é amplo e nos remete, em última instância, à Constituição Federal que estabelece a Educação como direito de todos e dever do Estado. Conforme Pimenta (2019, p. 3) ela “não garante apenas o direito à educação, mas, no artigo 208, inciso III, também o AEE, o atendimento das necessidades especiais dos alunos com deficiência, preferencialmente na escolarização regular”.

Foram elaboradas outras legislações a nível federal e estadual com o intuito de organizar e sistematizar a prática inclusiva, bem como apoiar as pessoas com deficiência em diversos âmbitos sociais, dentre estes instrumentos legais temos: a Lei 7.853/89; Os direitos constitucionais adquiridos foram reiterados, também, pelo artigo 54, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069 e, a nível internacional, pela produção da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros (PIMENTA, 2019).

No entanto, a luta pelo direito à Educação Inclusiva tem acontecido em meio a possíveis retrocessos. No início de 2023 ocorreu a revogação de um decreto que previa o incentivo à criação de escolas especiais - o que especialistas apontam como contexto de

segregação entre alunos com e sem deficiência (PAGNO, 2023). Ou seja, mesmo com a elaboração de documentos que garantem a perspectiva inclusiva, faz-se necessário o debate e a constante reafirmação de direitos também a nível municipal para discussão de como tem ocorrido a inclusão nas escolas. Os diálogos entre familiares e gestores têm a possibilidade de impulsionar as decisões que modificam o cotidiano escolar (VIEIRA e ADURENS, 2018).

Assim, nos perguntamos sobre as especificidades do contexto sobralense e os desafios que podemos apontar na estruturação de uma educação inclusiva local. Shyrlane Sousa narra um pouco de sua trajetória dentro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) nascida a partir da iniciativa de familiares, médicos e amigos de pessoas com necessidades especiais. Configurava-se como escola especial até que em 2010 tornou-se um centro de realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno da escola regular: se a criança ou adolescente vai à escola pela manhã, vai ao AEE à tarde. Algumas crianças cursam o AEE na própria escola e não passam pela APAE. A OSC recebe recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desde essa mudança na estrutura do AEE.

Dentre as dificuldades apontadas pela psicóloga estão a demanda crescente de famílias que procuram a instituição *versus* a capacidade da OSC para recebê-las, e a dificuldade de comparecimento das famílias às atividades marcadas. Outro aspecto mencionado é a angústia das mães diante das mudanças presentes na adolescência.

A convidada Ancila de Maria Borges relata que já foi psicóloga da APAE-Sobral, tem um carinho especial pelo momento em que esteve lá. Atualmente trabalha como formadora dos professores de AEE do município de Sobral, bem como dos Auxiliares de Serviços Educacionais (ASE's) que são contratados pela secretaria de educação para acompanhar os alunos com alguma necessidade especial, inclusive diagnosticados com TEA. Os professores de AEE tem graduação em Pedagogia e Especialização em neuropsicopedagogia ou psicopedagogia como requisito básico para o cargo. Já para os ASE é exigido ensino médio, é preferível formação em pedagogia ou licenciaturas em andamento. Todo mês esses profissionais participam de uma formação em que são abordados aspectos teóricos e práticos, construção de recursos multifuncionais e materiais lúdicos a fim de serem usados com os alunos.

A elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) é ainda um desafio que precisa ser discutido, pois afeta diretamente os objetivos e a função da escola na vida dos alunos e familiares, bem como mais investimentos na política pública, tanto em materiais quanto no preparo dos profissionais envolvidos. Assim, foi aberto espaço para perguntas e houveram muitas participações dos que estavam presentes, inclusive das famílias que têm seus filhos como alunos das escolas municipais.

Mais detalhes podem ser consultados na Ata da mesa 3 em anexo.

4.5 ENCAMINHAMENTOS E IDEIAS COMO RESULTADO FINAL DO I EAPPS E DO PERCURSO DA PESQUISA

“Eu não procuro, acho”
(*Jacques Lacan*)

Listamos na tabela a seguir alguns dos encaminhamentos que são pensados a partir da experiência do referido Encontro e com base, também, nas diversas oportunidades de conversas e diálogos que tivemos ao longo da pesquisa. Desse modo, muitas das sugestões e caminhos aqui listados são de caráter inventivo e passíveis de avaliação coletiva no que se refere à viabilidade, eficácia e eficiência das políticas públicas que envolvem os sujeitos autistas e seus responsáveis.

Encaminhamentos para o II EAPPS e a partir dele
<ul style="list-style-type: none">● De modo geral, um dos encaminhamentos ao final do evento foi justamente a necessidade de realizar o II Encontro com atenção às sugestões que surgiram ao longo das mesas e principalmente as que foram trazidas na participação do público;● Previsão e adaptação de um espaço onde as famílias e responsáveis possam deixar momentaneamente as crianças e se for necessário, os adolescentes a fim de participarem do evento com maior comodidade e tranquilidade em relação ao suporte e rede de apoio (Semelhante à sala de permanência que funciona no Serviço de Psicologia Aplicada - S.P.A.);● Um encaminhamento pertinente para o próximo encontro é que na composição das mesas sejam chamados familiares de autistas e autistas. A representatividade e participação nesse evento foi um dos aspectos fundamentais para atingirmos o

objetivo de promover um espaço dialógico como este.

- Elaboração e oferta de um curso com o tema “Autismo e políticas públicas” a fim de contribuir para a formação e discussão dos aspectos éticos, clínicos e políticos dessa política recente, porém, importante no cenário municipal.
- A elaboração de uma cartilha com as principais sugestões, informações e recomendações explicitadas nesse relatório técnico é uma das possibilidades de devolutiva à comunidade sobralense. Concretiza, assim, a democratização e utilidade dos conhecimentos produzidos nas pesquisas deste Programa de Mestrado Profissional.
- O uso e discussão em roda de conversa com base na cartilha “Instrumentos de uso livre para rastreamento/triagem e classificação de Transtorno do Espectro do Autismo” e outras referências é uma das recomendações a serem colocadas tendo em vista a indicação de qualificação dos profissionais, sejam eles da educação ou da saúde, no sentido dar subsídios à identificação de necessidades de cada aluno ou paciente, tornando o cuidado precoce uma das marcas da Linha de cuidado municipal. Sabemos que o diagnóstico tem muitas nuances e deve ser conduzido por equipe multidisciplinar, com cautela e responsabilidade ética (GUEDES, 2021).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUGESTÕES E PERSPECTIVAS

A experiência de elaboração do I Encontro sobre autismo e políticas públicas foi tão repleta de desafios e rica quanto o momento em si. Diversos estudantes da graduação, da pós-graduação e profissionais da rede municipal se mobilizaram em torno dos temas que foram escolhidos considerando a necessidade de discussão dos chamados setores que constituem as políticas públicas municipais.

Um dos momentos mais significativos, no entanto, ocorreu quando duas mães de sujeitos autistas falaram de suas angústias enquanto mães, mulheres e cidadãs. Falar das dúvidas que encontram no caminho de acesso aos direitos básicos de seus filhos e sobrinhos foi um dos atos de enfrentamento que apontaram como extremamente necessários, a promoção desses espaços de diálogo e construção coletiva, embora exaustivos diante do sentimento de solidão que as mães afirmam vivenciar.

Desse modo, os objetivos específicos de realizar o I EAPPS e elaborar um relatório técnico acerca dessa experiência foram atingidos possibilitando-nos cumprir o objetivo geral que é documentar o referido evento. A proposta é que esse Encontro seja uma atividade replicável e periódica no contexto do município de Sobral com participação das Instituições de Ensino Superior e dos grupos de mães que se organizam para dialogar com o poder público em busca de melhorias no atendimento às necessidades dos autistas.

A contribuição desse estudo para a política pública municipal se dá no sentido de que o Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas mostra-se como um dos caminhos possíveis para a escuta dos sujeitos autistas e de suas famílias, para o esclarecimento de situações técnicas, organizativas e orçamentárias, além da contribuição para o aumento da participação popular e acadêmica em outros espaços previstos em lei, tais como a Conferência Municipal de Saúde e as reuniões do Conselho Municipal de Saúde. Com o evento foi possível conhecer em parte o cenário municipal e também proporcionar momentos de trocas entre alguns dos atores das políticas envolvidas.

No que tange à complexidade do produto técnico, consideramos que é alta tendo em vista a necessidade de mobilização de diversos grupos e estabelecimento de parcerias para que seja possível a realização desse momento. Os dois produtos técnicos principais desta pesquisa, a saber, o I EAPPS, e o Relatório dele decorrente podem ser operacionalizados de outros modos, O II EAPPS pode ocorrer também de forma remota e nesse sentido passa a ter abrangência maior, regional e estadual. Outra possibilidade de aprimoramento é que o evento presencial seja precedido de pré-encontros online de modo que possam ser trabalhados assuntos complementares às temáticas principais.

Fazer parte do corpo discente do Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas foi uma das experiências que muito contribuíram para minha qualificação profissional e pessoal. As discussões e interações com os professores e colegas, que também tem interesse nas políticas públicas e sua relação com a Psicologia como um dos campos de estudo e atuação, foram fundamentais.

Assim, encerramos este ciclo gratos pela oportunidade de realizar essa pesquisa com todos e com cada um. O ato de pesquisar, entre muitas nuances, pode ser visto como modo de insistência e resistência frente aos desmontes que vemos quando falamos de políticas públicas no Brasil. Também é preciso resiliência e disponibilidade.

Produção Técnica - Relatório técnico conclusivo

Ano 2022-2023

Título:	Do Eco à voz, nossa travessia: Relatório Técnico referente ao I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE (I EAPPS)
Local de realização e endereço:	Rua Coronel Estanislau Frota, 563, CEP 62.010-560 – Centro, Sobral - Ceará.
(coordenador da ação e orientador)	Luis Achilles Rodrigues Furtado
CPF coordenador	50702807320
Autor 1	Samara Fernandes da Silva
CPF autor 1	05515818326
Autor 2	-
CPF autor 2	-
Áreas de concentração:	Psicologia e Políticas Públicas
Projeto de Pesquisa:	Do Eco à voz, nossa travessia: Relatório Técnico referente ao I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE (I EAPPS).
Finalidade da ação:	Elaboração e realização de um evento científico com a finalidade de proporcionar um espaço de diálogo e construção coletiva da política municipal da pessoa com TEA e suas famílias.
Número de páginas do Relatório:	71
A assessoria, consultoria ou pesquisa da qual derivou o relatório contou com algum tipo de financiamento?	() Sim (X) Não Se sim, Quais?
Parcerias:	Prefeitura Municipal de Sobral
Cidade onde ocorreu a assessoria, consultoria ou pesquisa da qual derivou o relatório	Sobral-CE.
Informe o País onde ocorreu a assessoria, consultoria ou	Brasil

pesquisa da qual derivou o relatório	
Meio de divulgação do relatório	(X) Digital () Impresso () Hiperlink () Outros
URL	-
Idioma	Português
Título em inglês	From echo to voice, our crossing: Technical Report referring to the I Meeting on Autism and Public Policies in Sobral-CE (I EAPPS).
DOI da publicação resultante	-
O produto tem vinculação com produção bibliográfica (artigos em periódico/livro/ capítulo de livro)	(X) Sim () Não
Referência da produção bibliográfica vinculada ao produto técnico	Silva, S. F.; Furtado, L. A. R. A Construção coletiva de cuidados em saúde às pessoas com TEA e suas famílias: Um relato de experiência. Resumo simples. Anais do I Congresso Nacional de Saúde da Família On-line. Revista Multidisciplinar em Saúde, V. 4, n. 1. Abr. 2023.
DOI (da produção bibliográfica vinculada ao produto técnico)	-
ISBN (da produção bibliográfica vinculada ao produto técnico)	(ISSN: 2675-8008)
Impacto (Diz respeito ao impacto qualitativo e/ou quantitativo do PT. Aqui deve ser avaliado o mérito do produto desenvolvido, considerando a relevância e o significado para as pessoas ou áreas beneficiadas, bem como a utilidade do que foi desenvolvido. A descrição feita tem que evidenciar a aplicabilidade do produto, tendo em vista o(s) seu(s) público(s) - alvo. Informe como este quesito é atendido em seu produto técnico. Usar boa argumentação).	O impacto do PT consiste nas possibilidades de mudança que este acarreta após sua realização. Uma das situações é que o Encontro seja um evento periódico e que no seu processo de construção surjam efetivas ações e iniciativas nas políticas de inclusão das pessoas com Autismo em nossa sociedade tendo como princípio norteador a singularidade, a intersectorialidade e a participação social.
Abrangência realizada (Informe como este quesito de avaliação é atendido em seu produto técnico. Este critério	Abrangência municipal . A iniciativa atinge famílias atendidas por instituições da cidade de Sobral como, a Casa do autista de Sobral, APAE de Sobral, CAPSi Aquarela, e grupos da sociedade civil organizada: Mães

<p>considera o alcance geográfico do PT, com quatro possibilidades de abrangência – internacional, nacional, estadual/regional ou municipal/local. A análise aqui focaliza o alcance do produto, com uma valorização maior na medida em que cresce a amplitude de cobertura. Neste critério cabe a opção “Não se aplica”. Informe como este quesito é atendido em seu produto técnico. Usar boa argumentação).</p>	<p>azuis e Mães amigas. Desse modo a abrangência pode ser considerada municipal já que a ação se refere ao contexto de equipamentos e usuários residentes no município.</p>
<p>Abrangência potencial (Este critério considera a possibilidade de expansão em termos de incrementar o alcance do PT ou de gerar outros produtos a ele vinculados. A avaliação dessa possibilidade de expansão deve estar referendada em uma descrição que deixe explicitados esses cenários de desdobramento do produto. Neste critério cabe a opção “Não se aplica”. Informe como este quesito é atendido em seu produto técnico. É essencial que que seja apresentada uma boa argumentação, pois este quisto vale até 10 de pontos (de um total 110) para a qualificação do produto técnico).</p>	<p>A possibilidade de expansão deste produto é nacional, na medida em que seja replicado em formato remoto - o que torna possível a participação de interessados de outros municípios e regiões. Uma vez que o projeto esteja consolidado e com uma rede de divulgação potente a abrangência da ação pode adquirir um caráter muito mais amplo, atingindo outros estados do país com periodicidade adequada às necessidades de cada região.</p>
<p>Replicabilidade (Este critério considera a possibilidade de outros pesquisadores/profissionais reproduzirem o PT que foi desenvolvido. Neste critério cabe a opção “Não se aplica”. Informe como este quesito é atendido em seu produto técnico. É essencial que seja apresentada uma boa argumentação.</p>	<p>Há a possibilidade de replicabilidade desde que haja uma equipe que se dedique ao estudo dos temas trabalhados e articule com as instituições parceiras, bem como famílias e profissionais que trabalham cotidianamente com as famílias. Os meios tecnológicos e de infra estrutura necessários para a realização do evento podem ser conseguidos mediante apoio dos parceiros envolvidos.</p>
<p>Complexidade (Este critério busca avaliar se o PT demanda um esforço expressivo para sua realização, considerando a dificuldade de construção daquele produto. <u>Aspectos cognitivos</u>, <u>tecnológicos</u> e <u>sociais</u> seriam exemplos de sinalização de um processo de desenvolvimento de produto complexo. Informe</p>	<p>O nível de complexidade do Produto Técnico é relativo, pois implica em uma formação que envolve aspectos educacionais, sociais, políticos e clínicos. Trata-se de uma tecnologia leve, mas específica que implica em conhecimentos específicos diante das disputas e interesses entre os diferentes grupos que compõem esse contexto,</p>

como este quesito é atendido em seu produto técnico. É essencial que que seja apresentada uma boa argumentação.	
Inovação (Este critério considera em que medida o PT aponta para uma novidade em termos do que é produzido pela área. Nesse sentido, deve ser avaliado se o produto introduz alguma mudança, em termos de forma ou de conteúdo, que possa ser considerada um diferencial para a área. Informe como este quesito é atendido em seu produto técnico. É essencial que seja apresentada uma boa argumentação.	O Encontro é um tipo de evento caracterizado por tem como objetivo discutir o que está acontecendo num determinado campo de atuação e destacar o que precisa ser melhorado, propondo soluções. No entanto, o modo de divulgação e construção dos Grupos de Trabalho é uma inovação no sentido de abranger diversos setores do cenário municipal e ter como ênfase a participação dos sujeitos a que se destinam as políticas públicas.
Demanda (Este critério avalia se o PT atende a uma lacuna, ou seja, se responde a uma necessidade da sociedade ou de um determinado segmento social. É essencial que que seja apresentada uma boa argumentação.	O produto técnico atende a uma demanda significativa em Sobral, uma vez que, os participantes do evento relatam a ausência e necessidade de iniciativas que fornecessem momentos de acolhimento e escuta da realidade dos sujeitos autistas e seus familiares.

Relatório quantitativo do produto técnico:

Quantitativo total	FEV-MAR	ABR-MAI	JUN-JUL	AGO-SET-OUT	TOTAL
Quantidade de reuniões realizadas/participando	2	3	3	4	12
Número de beneficiados diretos	-	-	-	-	126
Número de beneficiários indiretos	-	-	-	-	255
Número de alunos envolvidos (extensionistas e estagiários)	10	-	-	-	10

Número de profissionais envolvidos	3	-	5	11	19
------------------------------------	---	---	---	----	----

4. REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. C. M.; Pondé, M. D. Autism: impact of the diagnosis in the parents. **Jornal Bras. Psiquiatr**, 2020.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, 5th, 2013, Washington. Disponível em: <<http://www.dsm5.org/Documents/Autism%20Spectrum%20Disorder%20Fact%20Sheet.pdf>>. Acesso em: 06 jun 2021.

ASPERGER, H. **Autistic psychopathy in childhood**. In _____. Autism and Asperger syndrome. Londres: Cambridge University Press, 1991. p. 37-92. (Trabalho original publicado em 1944).

AZEVEDO, P. P. F. Uma experiência clínica no Courtil: uma instituição orientada pela prática entre vários. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 1331-1342, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/22705/17206>>. Acesso em: 14 set. 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad.: Luis Antero Beto, Augusto Pinheiro. São Paulo. Ed. 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: Autismo**, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educacao%20infantil%203.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2014. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf>. Acesso em: 05. jun. 2021.

_____. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linhas de cuidado para atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde**, 2015. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/linha_cuid_autismo.pdf>. Acesso em: 19. mai. 2021.

_____. Ministério da Educação. Considerações sobre Classificação de Produção Técnica. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Diretoria de Avaliação, 2016.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Diretoria de Avaliação. Produção Técnica: Grupo de trabalho. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>>. Acesso em: 02 de mai. de 2019.

_____. Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13861.htm>. Acesso em: 1 abr. de 2022.

BONFIM, T. A. Et al. Assistência às famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista: Percepções da Equipe Multiprofissional. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 31, n. e3738, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/Q6SDP4CQrBqfHRLj4yQzQML/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

DIAS, S. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 2, n. 18, 307-313, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/9WR3H6wHtdktmJpPkyLcJYs/?format=pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP). Pesquisas que não necessitam de registro no Sistema CEP/CONEP - Resolução Nº N510/2016 - CNS. 2018. Disponível em: <<https://cep.propesq.ufrn.br/noticias/pesquisas-que-nao-necessitam-de-registro-no-sistema-cep-conep-resolucao-no-510-2016-cns/28749886>>.

COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 17-40, 2015.

FARO, K. C. A. et al. Autismo e mães com e sem estresse: análise da sobrecarga materna e do suporte familiar. *Psico*, Porto Alegre, v. 50, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/30080/pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

FURTADO, L. A. R. “Cede-se com as palavras para logo ceder com as coisas”: observações freudianas sobre alguns mal-entendidos em torno do autismo. *A peste*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 65-74, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/a peste/article/view/22109>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____, L. A. R.; SILVA, L. S. O sujeito autista na Rede SUS: (im)possibilidade de cuidado. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 31, n. 2, p. 119-129, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/3KSPfpLLg7k5RdTFQwPz7pD/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 06. jun. 2021.

GUEDES, T. A. L. Instrumentos de uso livre para rastreamento/triagem e classificação de Transtorno do Espectro do Autismo. In: UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Atenção à pessoa com deficiência I: transtornos do espectro do autismo, Síndrome de Down, pessoa idosa com deficiência, pessoa amputada e órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo. São Luís: UNA-SUS; UFMA, 2021.

GUEDES, O. S.; DAROS, M. A. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, 2009. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10053/8779>>. Acesso em: 05 set. 2023.

KANNER, L. **Os distúrbios autísticos do contato afetivo**. In: ROCHA, P. (Org.) Autismos. São Paulo: Escuta, 1997.

MALEVAL, Jean-Claude (2009) **O autista e a sua voz**. Trad. P. S. de Souza Jr.. São Paulo: Blucher, 2017.

NASCIMENTO, M. A.; PEREIRA, M.; GARCIA, S. C. M. Autismo infantil: acolhimento e tratamento pelo Sistema Único de Saúde. Revista Valore, v. 2, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/35/47>>. Acesso em: 12 set. 2023.

OLIVEIRA, B. D. C. et al. **Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000300017>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças (CID-11)**, 11, 2018, cidade. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

PAGNO, M. Suspensão pelo STF, decreto de Bolsonaro que instituiu política de educação especial é revogado por Lula. **G1**, 02 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/01/02/suspensao-pelo-stf-decreto-de-bolsonaro-que-instituiu-politica-de-educacao-especial-e-revogado-por-lula.ghtml>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PIMENTA, P. R. Clínica e escolarização dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/QYmr6MvJbr3WygLfGLBrm5x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, J. M. L. C. A criança autista em trabalho. 3 Ed. ISBN: 97865590510142021. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

ROUDINESCO, E., PLON, M. Dicionário de Psicanálise. Ribeiro, Vera e Magalhães, Lucy (trad.), Rio de Janeiro: Zahar, 1998. ISBN 978-85-7110-444-0

SANZ, L. A. **Procedimentos metodológicos**: Fazendo caminhos. Série Didática para Educação Profissional. 3 reimp. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009. 144p. (Didática para Educação Profissional). ISBN 85-7458-136-4.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 01 jul. 2023.

TOMAZELLI, J.; FERNANDES, C. Centros de Atenção Psicossocial e o perfil dos casos com Transtorno Global do Desenvolvimento no Brasil, 2014 - 2017. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2. 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/physis/a/7LBTPqY4zmCDDkfSFQzFdwN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Psicologia e Políticas Públicas. Sobral: 03 jul. 2019. Disponível em: <<https://psipolpublicas.ufc.br/wp-content/uploads/2021/05/regimento-interno.pdf>>. Acesso em 01 de mai. 2023.

VIEIRA, C. M.; ADURENS, F. D. L. Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 94 - 124, 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpdd/v18n2/v18n2a07.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

5. ANEXOS

7.1. TERMO DE CONSENTIMENTO DOS CONVIDADOS DAS MESAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS DE SOBRAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REGISTRO DE SUA PARTICIPAÇÃO EM ATA

Eu, Samara Fernandes da Silva, mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia e Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Ceará (UFC-Sobral), CPF:055.158.18326, email: samarafernandes@alu.ufc.br, telefone: (85) 98642-2619, sob a orientação do professor Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado (UFC), venho solicitar a V. S^a. a autorização para registrar o discurso/conteúdo de sua fala durante a participação no I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE. Serão elaboradas as atas do referido evento, cujo objetivo é “Promover o diálogo entre profissionais, familiares e gestores públicos acerca da linha de cuidado destinada às pessoas com TEA no município de Sobral-CE”. Igualmente, assumo o compromisso de utilizar os dados obtidos somente para fins científicos, bem como de disponibilizar os resultados obtidos para V. S^a e demais interessados.

Assinatura da orientanda

Assinatura do orientador

Eu autorizo o registro descrito acima:

Assinatura do convidado.

Sobral, 26 de outubro de 2022.

7.2 *BRIEFING* E IDENTIDADE VISUAL CONSTRUÍDO JUNTO À EQUIPE DA EMPRESA JÚNIOR RASTRO UFC

Projetistas: Giulia Lima e Samilly Benicio

PARTE 1 - SOBRE O CLIENTE

01. Quem é o cliente? (história, segmento de atuação, serviços oferecidos)

A cliente se chama Samara Fernandes, é psicóloga e, atualmente, é mestranda em políticas públicas da UFC de Sobral. Como produto técnico para o mestrado, irá desenvolver um evento que visa promover o diálogo acerca do autismo e as políticas públicas (e demais assuntos relacionados a esse tema que sejam relevantes para pessoas com TEA e suas famílias). É especializada em psicanálise e atende

adolescentes que cometeram algum ato infracional. Defende uma política de educação inclusiva ao invés de uma educação especial.

A cliente também mencionou 2 programas/projetos de extensão da UFC de Sobral: CLIPSUS (@clipsusufc) e Projeto Água de Chocalho. O CLIPSUS - programa de extensão - é um laboratório que estuda as relações entre clínica, sujeito e políticas públicas. Tem como norte para o diálogo as construções do campo da psicanálise e da saúde coletiva. O Projeto Água de chocalho, desenvolvido pelo CLIPSUS, visa promover um espaço no qual as crianças com sofrimento psíquico possam produzir e se expressar livremente através de recursos como a música por meio da experimentação dos sons bem como outros materiais/ferramentas que auxiliem na construção de laços e uma maior interação com as outras pessoas.

02. Qual o objetivo da Identidade Visual para você?

A identidade visual é direcionada à promoção do evento, e a cliente deseja que o evento sirva como base para que ele possa ocorrer outras vezes de forma periódica.

03. Quem são seus concorrentes diretos e indiretos?

Até o momento, a cliente não citou.

PARTE 2 - SOBRE O EVENTO

04. Informações gerais sobre o Evento.

Nome do Evento: “I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE”.

Objetivo geral: Promover o diálogo entre profissionais, universidades, representantes das políticas públicas, pessoas com autismo e sociedade civil acerca de assuntos relevantes para esses sujeitos e suas famílias, como: saúde, educação, assistência e participação social.

Resultados esperados: A expectativa é que o Encontro seja um evento periódico e que no seu processo de construção surjam efetivas ações e iniciativas que alcancem

real impacto para as políticas de inclusão das pessoas com Autismo em nossa sociedade tendo como princípio norteador a singularidade, a intersectorialidade e a participação social.

Data e local: Dia 26 de outubro de 2022, no Auditório Bloco 1, localizado na Universidade Federal do Ceará - Campus Mucambinho, Município de Sobral-CE.

05. Quem é o público-alvo do evento? E quem você gostaria que fosse o público ideal?

Interessados sobre o tema do autismo e as políticas de cuidado: Familiares, cuidadores, profissionais de acompanhamento, docentes e discentes da comunidade escolar, gestores das políticas públicas, grupos da sociedade civil organizada, instituições de ensino e saúde em geral, ramificações da educação formal e não formal.

06. Qual o propósito do evento? Como você acredita que seu serviço vai ajudar seu público?

O evento busca, através da promoção de diálogos acerca do autismo entre pessoas de diferentes setores (profissionais da saúde, universidades, representantes das políticas públicas, pessoas com TEA e sociedade civil), gerar melhorias nas políticas públicas direcionadas às pessoas com TEA. Além disso, também tem a intenção de deixar a sugestão de que sejam promovidos outros eventos que visam proporcionar discussões a respeito do tema. Assim, o evento pode ser visto como um “ponto de encontro” ou uma “praça para o diálogo” acerca de diversos assuntos relevantes para pessoas com TEA e suas famílias.

07. Quais os principais atributos que melhor descrevem o seu evento?

Confiança, seriedade, acessibilidade, inclusão, simplicidade (para que gere a ideia de ser possível dar continuidade ao evento), bom planejamento.

A cliente também trouxe 2 frases que representam bem o evento: "Nada sobre nós sem nós " e "Sonhar uma política pública é se ocupar dela, coletivamente”.

08. Como você descreveria a personalidade do seu evento?

Se o evento fosse uma pessoa, ela seria criativa, popular (acessível, não elitizado), ordinária (habitual), alguém que escuta as pessoas (todas as pessoas, independente de ser uma mãe leiga no assunto ou um profissional da saúde, por exemplo) e que defende a valorização da escuta (diálogos de forma horizontal).

09. Como você gostaria que seu público descrevesse o seu evento?

Gostaria que o público o descrevesse como um evento bem organizado, que realmente atingiu os seus objetivos, que serviu como um ponto de encontro para diálogos acerca do tema proposto e que desejem as próximas edições do evento.

10. Em quais plataformas o evento será mais ativo?

Instagram e WhatsApp.

PARTE 3 - SOBRE A IDENTIDADE VISUAL

11. Qual nome o cliente deseja na logo? Há alguma tagline?

A logo é o nome do evento: “I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral-CE”.

12. Quais ideias, sentimentos e sensações a Identidade Visual da marca deve transmitir para o público?

Acolhimento, escuta dos sujeitos sobre o assunto (TEA) e ressignificação dos símbolos utilizados para representar o autismo.

13. Qual o tom de comunicação que deve ser usado?

Acessível, sério (para mostrar propriedade no assunto) e que demonstre cuidado.

14. Em quais locais você acredita que seu cliente mais verá a logo da sua marca?

Banner, Instagram (stories, capa de reels, posts, dentre outros formatos), cartazes, materiais impressos e sinalização das mesas do evento.

15. Há alguma inclusão obrigatória ou algo específico que o cliente deseja na Identidade Visual? (cores, tipografia, elementos, logo, etc)

As cores do arco íris (espectro de luz) e do símbolo do infinito com o gradiente dessas cores são boas opções. A comunidade de pessoas com TEA se identifica bastante com o símbolo do infinito para representá-la. Ele foi criado pela própria comunidade autista, e celebra a esperança e a diversidade de expressão dentro do espectro.

16. Há alguma restrição ou algo específico que o cliente NÃO quer na Identidade Visual? (cores, tipografia, elementos, logo, etc)

Uso dos símbolos de quebra-cabeça e fita colorida (que são comumente utilizados para representar o autismo). Atualmente, muitas pessoas com TEA não se identificam com o símbolo do quebra-cabeça porque consideram que ele acaba trazendo uma ideia de que pessoas com TEA são difíceis de compreender, lidar e “encaixar na sociedade”.

17. O cliente tem referências?

Perfis do Instagram: Lucas Pontes ([@lucas_atipico](#)) e CLIPSUS ([@clipsusufc](#)).

18. Quais aplicações o cliente deseja?

Banner físico e bloco de notas com capa personalizada.

19. Há alguma inclusão obrigatória e/ou restrição para as aplicações?

Até o momento, não.

ATA MESA 1 - POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À PESSOA COM TEA

No vigésimo sexto dia do mês de outubro foi realizado o I Encontro sobre Autismo e Políticas Públicas de Sobral – CE. Como convidados da mesa de abertura do evento temos a Profa. Cybele Freitas (UVA), a psicóloga Bruna Kérsia Santos e Kemily Mesquita (INTA), com mediação do Prof. Dr. Luis Achilles Furtado.

De início a psicóloga Bruna Kérsia Santos (Coordenação RAPS) fala um pouco acerca de como é formada a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Sobral. Abordando os vários dispositivos que a compõem: desde a porta de entrada da Rede, as Unidades Básicas de Saúde, que oferecem cuidado no nível da Atenção Primária, até os equipamentos de cuidado especializado, como é o caso dos Centros de Atenção Psicossocial II (CAPS Geral), CAPS AD - para demandas relacionadas ao uso de Álcool e outras Drogas e o recente CAPS infanto juvenil Aquarela que iniciou seu funcionamento em 2021. Também faz parte do nível especializado o Centro de Especialidades Médicas (CEM) e o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Em seguida, outro nível foi apontado: a Atenção de Urgência e Emergência - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Em prosseguimento têm-se os hospitais, residências transitórias – residência terapêutica. A partir desta apresentação do delineamento da RAPS, Bruna falou da implantação do CAPSi no município de Sobral, assim como a criação de um grupo técnico (formado por profissionais, familiares- grupos de mães) com intuito de elaborar e indicar uma Linha de cuidado para as pessoas com TEA - de acordo com o que estipulou um dos parágrafos da Lei Municipal nº 2.207, de 19 de janeiro de 2021, que estabelece a “política municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares” (art. 1º), esta que foi pontuada como um grande marco na política, mas Bruna enfatizou que é preciso olhar com criticidade tudo que será possivelmente abarcada por ela. Finalizou sua fala mencionando que o grupo de trabalho formado para elaboração da Linha de cuidado municipal deu início às suas atividades e começou-se a fazer o georreferenciamento dos dispositivos que atendem as pessoas com TEA no município; Começou-se a fazer o cadastro e a tipificação sanguínea de modo que possamos conhecer quantitativamente esse grupo populacional; Em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Assistência Social (SEDHAS) foi dado início à emissão das carteiras de identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIP-TEA) em agosto deste ano. Esse é um documento de abrangência municipal com o intuito de garantir a

prioridade e o acesso às políticas públicas, dentre elas a gratuidade do transporte municipal. A lei menciona um serviço de referência para a pessoa com TEA. Por fim, mencionou que o Centro de Reabilitação - um dos locais de atendimento no município - está habilitado para oferecer serviço de atendimento às necessidades motoras e auditivas. Será preciso alguns requisitos para que haja adequação aos serviços necessários no caso de pacientes com TEA.

Em seguida, a fala fora da Profa. Cybele Freitas da Universidade Vale do Acaraú (UVA). A mesma iniciou com uma fala de reflexão sobre o local da família e prosseguiu narrando acerca de sua experiência particular do ponto de vista de mãe de pessoas autistas. Assim, prosseguiu abordando acerca de seus estudos sobre o autismo e suas implicações com os direitos civis, além dos desafios vivenciados tanto pela pessoa com TEA, quanto pelos familiares. Enfatizou a necessidade de atenção aos próprios cuidadores. Agradeceu a presença da amiga e idealizadora do Grupo Mães Azuis, sra. Eirilândia, que é organizado por mães de pessoas com TEA, em sua maioria crianças e adolescentes. Também agradeceu à professora Cristina, coordenadora da Educação Especial do Educar SESC. Prosseguindo, a mesma falou que além das políticas públicas de apoio como (RAPS, Lei municipal) é necessário pontuar a importância da acessibilidade a ambientes rotineiros e comuns a tantos, como o de uma escola inclusiva e de acesso a direitos básicos como alimentação de qualidade, de ir e vir, ao transporte, ao lazer de qualidade. Ademais, também abordou os direitos (como acompanhante terapêutico em escolas) que não encontram-se oficialmente em Leis e enfatizou a necessidade de continuar trabalhando de maneira intersetorial e interprofissional (psicólogos, enfermeiros, músicos, pedagogos), exigindo políticas públicas de atenção que abarquem as demandas das pessoas com TEA. Em seguida, mencionou uma pesquisa realizada por ela e sua equipe em que os 68 profissionais entrevistados afirmaram não saber fazer o manejo do atendimento às pessoas com TEA e familiares. Assim, foram pontuadas as lacunas da rede de saúde, como a ausência de formação para com os profissionais da área, principalmente da Atenção Primária (porta de entrada do Sistema Único de Saúde). A mesa prosseguiu pontuando o estigma direcionado a rede especializada, como o CAPS (local importantíssimo para cuidado para com a pessoa com TEA). Afirma que essas famílias vivem um sentimento de preconceito e abandono, estigmatizados inclusive pelos próprios familiares - o que torna a realidade ainda mais dolorosa. A vivência da negação do diagnóstico, como um movimento próprio da mãe ou do companheiro(a) é agravada pela negação do diagnóstico, em muitos casos, nos ambientes de atenção à saúde. Prosseguiu afirmando que, se pudéssemos falar que sentimentos essas famílias vivenciam seria: medo do

futuro, ansiedade e abandono por parte do poder público. Durante outra pesquisa que conduziu, aponta que um dos achados foi que o maior desafio é o acesso à uma Educação Inclusiva composta por diversas estratégias de aprendizagem. Temos um sistema educacional proposto, mas deve ser construído tendo em vista as necessidades específicas. Prof. Cibely também pontuou que no Ceará encontramos dificuldades de contratação de profissionais que estejam disponíveis a esse atendimento especializado, por exemplo, só temos uma Graduação em Terapia Ocupacional em funcionamento, após o fechamento do curso em outra instituição, ou seja, garantir o atendimento multidisciplinar também significa operar mudanças nas condições de trabalho das equipes e incentivo à capacitação de nível superior para que estes trabalhadores sejam valorizados e bem remunerados, para que queiram atuar na política pública. Isso é desafiador, sem dúvidas e os desafios são muitos.

Prosseguindo, fora a vez da psicóloga e mestranda Kemily Mesquita (UFC). Kemily, como egressa da UFC, fala da experiência do Projeto de Extensão Água de Chocalho e do lugar de pesquisadora sobre o tema do autismo que vem desde a graduação. Retoma algumas experiências nas quais participou da construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) em alguns casos clínicos de autistas que acompanhou. Hoje, faz parte da extensão CEP do Cuidado na UFC de Fortaleza-CE que atua em parceria com o CEDEFAM. Nele existe a articulação com as unidades básicas de saúde (acolhimento, avaliação de demandas, atendimento individual e grupal). Enfatizou também o trabalho intersetorial, pois as demandas não são apenas de caráter sanitário. Pontuou também acerca do diagnóstico, visto que na atenção básica, muitas vezes a criança chega sem o diagnóstico, porém com sofrimento e de como é importante trabalhar em torno do acolhimento, da amenidade do sofrimento inicial e não meramente buscar um diagnóstico imediato. Assim, enfatizou a luta antimanicomial, visto que a institucionalização da pessoa com TEA pode acontecer em algumas situações, mas deve ser evitada e combatida. A autonomia e independência da pessoa com TEA é de suma importância quando se fala da atenção às mesmas e da ocupação do CAPSi (recentemente implementado), sem cronificação. Concluindo, apontou que a rede de atenção necessita abranger os outros pontos ou setores (cultural, educacional). Uma potente parceria é a Universidade em sua extensão que beneficia a comunidade e a formação dos futuros profissionais, como foi no seu percurso profissional.

A partir desse momento, foi aberto o espaço para perguntas dos que estavam participando. Surgiu uma pergunta referente a existência de capacitação dos profissionais em Sobral acerca a atenção/cuidado para com pessoas com TEA e como resposta foi pontuado

que está se desenvolvendo um trabalho através da Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia (ESPVS) que é de caráter municipal. Na Lei 2207 de 2022 que institui a “Política Municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares” é estipulada a realização desta formação permanente. Outra questão foi referente a identificação de alterações, na prática, a partir da implementação da referida Lei Municipal e como resposta, notou-se que sim, que o próprio evento é um efeito do trabalho prático do grupo que foi criado, a existência do grupo técnico já são mudanças e ganhos nesse cenário. Essa luta permanece tendo como frentes mais amplas a Educação Inclusiva e a Luta Antimanicomial. Em complemento, foi dito pelos demais da mesa que houve uma queda em mais de 90% no orçamento da saúde mental, nós enquanto usuários dessa política temos que nos atentar a isso, pois afeta diretamente a qualidade do serviço realizado. É um desafio para quem está na linha de frente lidar com cortes no financiamento e a diminuição dos recursos.

Encerrou-se a mesa com as seguintes pontuações: Embora conquistas tenham sido realizadas – Leis federais e a recente Lei Municipal - existem no contexto atual os progressivos cortes de investimento que trazem uma precarização ou mesmo inviabilidade para a execução das políticas de saúde e educação, para a educação permanente e continuada dos profissionais a nível intersetorial e o aumento de profissionais nos pontos especializados de atenção. Também é possível apontar como encaminhamento a necessidade de investimento imediato do trabalho em rede antes do desenvolvimento populacional de Sobral e suas complexidades, como visto em outras cidades tais como Fortaleza. É fundamental considerar a importância e resistência das Universidades na produção, efetivação e auxílio das políticas públicas. Esses foram os principais tópicos da mesa. Foram feitos os agradecimentos aos participantes e aos demais que interagiram através das perguntas tão pertinentes. Encerrou-se a mesa.

Nesse sentido, concluímos que a escolha do produto técnico para este trabalho foi corroborada não só pelo objetivo do estudo em si, mas principalmente diante da necessidade de que esse momento dialógico pudesse acontecer.

ATA MESA 2 - REDE DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA PESSOA COM TEA E SUAS FAMÍLIAS: DEMANDAS E INTERSETORIALIDADE

No vigésimo sexto dia do mês de outubro foi realizado o I Encontro sobre autismo de políticas públicas de Sobral – CE. Como convidados da segunda mesa do evento tivemos: Rosiane Rocha (gerente do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil Aquarela - CAPSi), Aristides Parente (coordenador da casa do autista), Profa. Dra. Camilla Lopes e com mediação da psicóloga Bruna Kérsia Santos.

De início foi pontuado por Roseane Rocha os desafios existentes para com implementação e execução das políticas públicas referentes ao tema: o chamado “desmonte” como efeito da ausência de investimentos por parte dos Governos na rede de atenção especializada. Em especial, trouxe em sua fala as dificuldades para o início de funcionamento do CAPSi como exemplo deste sucateamento - o que dificulta sua própria criação e existência em tantos momentos. Ele foi denominado Aquarela pelos próprios usuários em referência à música de Toquinho da qual gostam bastante e de algum modo remete à infância. Compartilha um detalhe importante de que o CAPSi Aquarela ainda não está habilitado para receber o investimento federal, pois requer a abertura de chamamento público interno no âmbito do Ministério da Saúde, esse processo está em andamento. Ressalta que o público de crianças com TEA está entre os quatro maiores diagnósticos que chegam ao CAPSi. Lança em seguida a questão: Onde estão os adolescentes que receberam este diagnóstico e com grave sofrimento psíquico? Ademais, dentre as demandas por parte das pessoas com TEA e familiares está o laudo que possibilite o requerimento de um acompanhante terapêutico nas escolas, então, as demandas escolares são frequentes. A minuciosidade ao se recolher informações para a emissão deste laudo deve ser reafirmada em cada caso. De modo geral, o público das pessoas com TEA é diminuído nesse ponto de atenção, conforme sua percepção. Os serviços mais frequentes dentre as crianças com TEA são: Estimulação Precoce e Psicomotricidade com acompanhamento dos marcadores de desenvolvimento. Já entre os adolescentes Roseane Rocha menciona os atendimentos individuais, atendimento familiar e o grupo de orientação parental no qual são trabalhadas estratégias de cuidado e manejo, dentre outros aspectos.

Em seguida, Aristides Parente partiu de uma perspectiva histórica, desde o surgimento do termo até as concepções atuais de autismo enquanto espectro, vemos que este esteve à margem das políticas públicas. Com a alta insurgência dos diagnósticos de autismo surgem demandas por parte das pessoas com TEA e dos familiares tais como a luta pelo direito de estar na escola. Ademais, pontuou a importância da discussão coletiva por parte dos variados profissionais, com intuito de analisar as possíveis linhas de acompanhamento, de

maneira individual, singular e minuciosa. Também foi apontada a necessidade do entendimento da promoção de saúde e suas variáveis com o intuito de não voltar-se apenas para o ideal de cuidado com tratamentos especializados. Um viés de atuação indispensável é o trabalho com a família. Buscar entender a dinâmica familiar e o impacto das mudanças geradas pela busca de respostas para os sinais que fogem ao que é esperado da criança ou adolescente, os efeitos do diagnóstico, e demais situações que ocorrem. As estratégias de enfrentamento e diminuição de estressores são saídas muito particulares, embora sejam ricas se compartilhadas em grupos de apoio, por exemplo. Assim, emergiu em sua fala a importância de diálogo entre os profissionais, acerca dos diferentes cuidados da rede de atenção e as demandas familiares.

Profa. Dra. Camilla Araújo iniciou sua fala parabenizando o evento e agradecendo pelo convite. Pontuando a questão da nomeação do TEA, o que seria autismo? e como abrangente é este espaço. Prosseguindo, adentrou outro questionamento, acerca do entendimento da realidade das pessoas que demandam de alguma forma dos pontos da rede de atenção. O que queremos dizer quando falamos de família, quem são esses indivíduos e que necessidades específicas eles têm? Temos horários de serviços que atendam a essas famílias pretas, pobres e periféricas?. Em seguida, refletiu sobre o CAPS “como centro de passagem e não de paragem”, visto que o ideal é que o sujeito que se utilize da rede deve passar pelo serviço e não permanecer, indicando um fluxo de funcionamento intersetorial adequado. Também foi abordada a necessidade de resistência perante demandas baseadas apenas no diagnóstico e medicalização, visto que o cuidado baseado em outros pontos (Secretaria da Cultura, Segurança, Educação) é de extrema importância ao lidar com um caso clínico, ao lidar com um sujeito e família que demandam da rede. Quando falamos de intersectorialidade não estamos nos referindo apenas ao encaminhamento, mas uma ação conjunta e coordenada de atendimento, por exemplo, é a Secretaria de esportes e lazer entender que também é de sua responsabilidade ofertar projetos de atividades em que se incluam autistas e familiares. Ou seja, como podemos elaborar um PTS com a participação da secretaria de esporte, da cultura, segurança etc. É preciso ressignificar e rever a mentalidade manicomial presente na ideia de cuidado atrelada à cronificação, mesmo dentro do espaço físico de um CAPS. Ademais, enfatizou que é necessário se opor ao negligenciamento do saber das famílias de pessoas com TEA.

Em seguida, foi aberto o espaço para perguntas, comentários ao que foi exposto na mesa referente à política de saúde. Duas mães de pessoas com autismo indagaram

fervorosamente o motivo das políticas públicas não funcionarem em Sobral, segundo as mesmas, não existe uma concretude dos projetos. Em seguida, as mesmas foram convidadas a compor a 2ª mesa e assim fluiu uma troca de reivindicações de direitos e busca de esclarecimento do funcionamento dos dispositivos que desempenham a atenção à saúde.

As referidas mães reivindicaram mais recursos para trabalhar com seus filhos, mais materiais. Pontuaram suas vivências com pouca ou nenhuma rede de apoio - o que interfere diretamente na qualidade de vida e é fator de risco para o surgimento de adoecimentos tais como depressão e ansiedade na saúde do cuidador de referência daquele sujeito autista. Após apontamentos muito relevantes para o dinamismo do Evento, para o desenvolvimento e implementações efetivas das políticas públicas no município, aquelas mães abraçaram a ideia de que o I Encontro sobre autismo e políticas públicas de Sobral, era um momento muito relevante no processo de luta pelos direitos das pessoas com TEA e que todos os integrantes, participantes e convidados têm a mesma luta em comum. Encerrou-se a mesa.

Um encaminhamento pertinente para o próximo encontro é que na composição das mesas sejam chamados familiares de autistas. A representatividade e participação nesse evento foi um dos aspectos fundamentais para atingirmos o objetivo de promover um espaço dialógico como este.

ATA MESA 3 - A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COTIDIANO ESCOLAR DE PESSOAS COM TEA: ESTRUTURA E DESAFIOS

No vigésimo sexto dia do mês de outubro foi realizado o I Encontro sobre autismo de políticas públicas de Sobral – CE. Como convidados da terceira mesa do evento tivemos: Shyrlane Sousa (psicóloga da APAE-Sobral e Ancila de Maria Borges (Psicóloga e formadora da Escola de Formação Permanente do Magistério e Gestão Educacional - ESFAPEGE), com mediação de Samara Fernandes.

Shyrlane Sousa narra um pouco de sua trajetória dentro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) nascida a partir da iniciativa de familiares, médicos e amigos de pessoas com necessidades especiais. Configurava-se como escola especial até que em 2010 tornou-se um centro de realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno da escola regular: se a criança ou adolescente vai à escola pela manhã, vai ao AEE à tarde. A APAE recebe recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desde essa mudança na estrutura do AEE. Houve um aumento das matrículas dos estudantes e o embate entre a perspectiva da Educação Inclusiva versus a Educação Especial ainda é visto nos discursos e algumas práticas. A APAE-Sobral possui hoje um projeto integrado, com equipe multiprofissional e incluindo também as linguagens artísticas como mediadores do processo de aprendizagem. Nesse sentido foi desenvolvido em parceria com a APAE e pós-graduandos da UFC um jogo inédito “TECA”, que tem a proposta de utilizar recursos lúdicos como mediadores entre autistas e potencializar a interação, a sua enunciação com o que está ao seu redor. Shyrlane Sousa prosseguiu mencionando como é difícil abarcar todas as demandas, visto o grande número de crianças e famílias que chegam em busca de atendimento educacional multiprofissional. Outra situação apontada por ela foi a dificuldade de comparecimento às atividades marcadas. Há casos em que a equipe busca novo contato e se não houver êxito, realizam visita domiciliar a fim de auxiliar na vinculação com o serviço novamente. Menciona também relatos de mães angustiadas sobre as mudanças implicadas na chegada da adolescência e o estranhamento à medida em que o universo infantil já não representa mais o momento em que está seu filho ou filha. Diante dessas situações a equipe procura reunir-se com frequência de modo a alinhar e discutir as necessidades de mudança.

Ancila de Maria Borges relata que já foi psicóloga da APAE-Sobral, tem um carinho especial pelo momento em que esteve lá. Atualmente trabalha como formadora dos professores de AEE do município de Sobral, bem como dos Auxiliares de Serviços Educacionais (ASE's) que são contratados pela secretaria de educação para acompanhar os alunos com alguma necessidade especial, inclusive diagnosticados com TEA. Os professores de AEE tem graduação em Pedagogia e Especialização em neuropsicopedagogia ou psicopedagogia como requisito básico para o cargo. Já para os ASE é exigido ensino médio, é preferível formação em pedagogia ou licenciaturas em andamento. Todo mês esses profissionais participam de uma formação em que são abordados aspectos teóricos e práticos, construção de recursos multifuncionais e materiais lúdicos a fim de serem usados com os alunos. Ancila afirmou buscar o desenvolvimento de oficinas práticas, que realmente sejam úteis no dia a dia da escola. A estrutura da Educação Inclusiva em Sobral tem esses dois profissionais como atores diretos além dos demais, não menos importantes. Em seguida, reafirmou o papel da escola para com as crianças com TEA e seus diálogos com professores e ASE's, também chamadas de acompanhantes terapêuticos (AT's). Marcou a importância de se conversar acerca dessa inclusão escolar, de maneira não segregacionista. A inclusão pode

ser vista como geradora de confrontos ou conflitos sendo que este último nos indica que há situações a serem trabalhadas em que é preciso desenvolver a corresponsabilidade, necessária à abertura de possibilidades. Ressaltou que para fazer um trabalho de AEE é importante haver implicação do profissional no processo. Outros profissionais que atuam nas escolas municipais são os orientadores educacionais, psicólogos de formação com foco no desenvolvimento das competências socioemocionais.

Assim, foi aberto espaço para perguntas e comentários diante das discussões levantadas. Uma questão que o público trouxe para pauta foi referente ao cenário ideal da inclusão de crianças com TEA na escola regular e de como esta ‘inclusão’ deve partir do diálogo entre escola e família. Afinal, é uma questão que atravessa também a própria infraestrutura da grande maioria das escolas comuns e buscar contornar tais questões, são de grande importância, mas também dificuldade. Outro ponto tocado foi em relação ao AEE e como este serviço articula-se nas escolas. Em resposta, foi dito que todas as escolas municipais dispõem das salas de recursos multifuncionais onde são acompanhados os alunos com necessidades especiais e trabalhadas as habilidades a serem desenvolvidas por semestre, habilidades essas que variam individualmente. Sabemos que é difícil essa atuação no cotidiano devido a alta demanda, que não acompanha a quantidade de profissionais que trabalham nos serviços abordados - o que leva a um “congestionamento” na oferta dos serviços e dificulta diretamente no acolhimento das demandas. Outra pergunta concentrou-se na atuação dos orientadores educacionais, acerca de como é feita a articulação intersetorial. Em resposta, mencionou-se que estes profissionais têm a atribuição de trabalhar as competências socioemocionais e acompanhar casos em que seja necessário intervir em parceria com a SEDHAS, já houveram casos em que a equipe do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), equipamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi acionada devido a necessidade do caso que foi além das possibilidades da política educacional. Em uma situação concreta muitas vezes é necessária a atuação de mais de um política pública, para uma transformação coletiva. Foi mencionada nessa ocasião a existência de um Comitê de Educação Inclusiva, formado por representantes de diversos setores com o intuito de discutir as melhorias para que seja aprimorada. Outra pergunta foi relacionada ao AEE, como uma criança pode fazer parte dessa sala multifuncional. Em resposta foi pontuado que a emissão de um laudo é requisito obrigatório para que o aluno tenha acesso ao AEE. Nesse ponto, encontramos um exemplo da colaboração entre a política de saúde e a educacional. Nesse momento uma mãe de autista presente relata que sente certa negligência

por parte dos professores que ensinaram seu filho, pois não observou ganhos no sentido da aprendizagem da leitura e da escrita dele mesmo com o seguimento para o ano seguinte. O comentário em seguida foi direcionado à necessidade de acolhimento e estudo de cada caso para que seja possível traçar estratégias específicas de aprendizagem. É mais que legítima a demanda da família mas do mesmo lado estão os profissionais, também angustiados, por vezes enfrentando a falta de ferramentas pedagógicas que lhes ajudariam nos resultados esperados. Esse é um dos pontos de tensionamento do que família e escola esperam uma da outra, das funções que cada um desses atores exercem diante do filho/aluno com TEA. A mesa reforça a necessidade de parceria e escuta mútua para melhorias de fato acontecerem. Em seguida, uma psicopedagoga e avó de um autista de 11 anos mencionou que no começo das investigações foi muito difícil para toda a família. É uma construção e desconstrução todos os dias. Seu neto passou pelo atendimento no CRAS, foi direcionado ao AEE e escola regular e atualmente é acompanhado no Centro de Reabilitação com a equipe multidisciplinar, inclusive com profissional da enfermagem. Reforçou a importância que teve no seu caso o trabalho com a família, teve de se reinventar e lidar com as mudanças permanentes. Sugeriu que para o próximo Encontro sejam convidados para a mesa os professores para falar de suas dificuldades na sala de aula. Ainda sobre os professores, foi feita uma reflexão por uma mãe de autista e estudante de pedagogia referindo-se às dificuldades de encontrar disciplinas em sua grade curricular, que preparem os graduandos para lidar com a realidade das pessoas com necessidades especiais. Entende que a sensação de evitamento e negligência trazida no relato da mãe anterior tenha entre seus motivos a sensação de despreparo e angústia gerada por “não saber lidar”, não querendo justificar, mas considera uma forma de compreender a situação. Por fim, uma pergunta foi feita sobre o que acontece quando a criança ou adolescente é matriculada na escola e tem o laudo que indica o diagnóstico. Em resposta, foi dito que é marcado um atendimento a ser conduzido pelo professor do AEE em outro horário de modo que seja feita uma anamnese para conhecer o aluno e iniciar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Em conclusão, foi pontuado que essa foi uma das mesas com maior participação, indicativo da necessidade de momentos como esse; que a formação de profissionais qualificados para trabalhar neste contexto é uma das necessidades a serem atendidas e que um maior investimento nesta área deve ser considerado como prioridade no campo das políticas públicas em Sobral. Encerrou-se a mesa.

ATA MESA 4 - O DIAGNÓSTICO DE TEA NO MUNICÍPIO SOBRALENSE E A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

No vigésimo sexto dia do mês de outubro foi realizado o I Encontro sobre autismo de políticas públicas de Sobral – CE. Como convidados da quarta mesa do evento tivemos a Profa. Dra. Trícia Feitosa (psiquiatra infantil e professora do Curso de Medicina da UFC-Sobral) e o Prof. Dr. Luis Achilles Rodrigues Furtado (Professor do Curso de Psicologia da UFC-Sobral e do Programa de Pós-graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Coordenador do Projeto Água de Chocalho).

A Profa. Dra. Trícia Feitosa iniciou sua fala agradecendo pelo convite e parabenizando pelo evento cujo tema é tão pertinente às famílias e à Universidade. Elaborou uma apresentação na qual busca falar brevemente sobre o diagnóstico partindo de sua experiência enquanto médica psiquiatra e do seu percurso de estudos na temática da saúde mental infantojuvenil. Relata que o processo pelo qual a família passa até o diagnóstico é muito particular, pois as variáveis vão desde a qualidade de relacionamento entre o casal ou trata-se de uma mãe solo, a presença de uma rede de apoio, as condições subjetivas que podem ou não ser favoráveis no enfrentamento da situação nova, dentre outros aspectos que podem ser considerados fatores de risco ou de proteção para cada caso. Dito isto, alguns desafios do diagnóstico são:

- 1) A ampliação dos critérios diagnósticos
- 2) A diminuição da idade do diagnóstico
- 3) O conceito do autismo como epidemia. Refere-se em seguida às principais características tais como o comprometimento da comunicação social, comportamento repetitivo e socialização em desacordo com o que é esperado em cada idade.

Posteriormente, retomou a história do autismo no campo da psiquiatria e mencionou Leo Kanner, Hans Asperger como estudiosos que estiveram nas investigações e a partir dos quais outros estudos foram desenvolvidos. Hoje, o Transtorno do Espectro Autista é considerado transtorno do neurodesenvolvimento, considerado deficiência para fins de lei e essa inclusão no rol das deficiências tem um valor social imprescindível, dadas as prerrogativas e garantias legais.

O processo diagnóstico é feito principalmente pela escuta clínica. O entendimento de que se trata de um espectro está ligada a ideia de um continuum com ou sem deficiência intelectual, com ou sem comprometimentos na comunicação verbal. Assim, quanto menos

capaz de estabelecer laço social maior a probabilidade de adoecimento. Afirmou também que “não há uma causa singular ou cura para o autismo”. A função do psiquiatra é conduzir o processo diagnóstico e gerenciar o projeto terapêutico em torno do qual os demais profissionais vão atuar.

Foi aberto o espaço para perguntas e indagou-se acerca da figura do médico como central no diagnóstico do autismo. Em resposta refletiu-se que há uma diferença entre o diagnóstico médico isolado e aquele construído em Projeto Terapêutico Singular junto à equipe multiprofissional.

A profa. Dra. Trícia pontuou que a Psicanálise, ao seu ver, é a que nos aproxima da transdisciplinaridade como é o caso da prática entre vários. Por fim, foram retomados os principais pontos de discussão dessa mesa é sugerido que haja uma próxima edição do Encontro sobre autismo e políticas públicas, que seja iniciativa periódica e seus encaminhamentos possam gerar as mudanças necessárias à política municipal em andamento. Encerrou-se a mesa.